



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO MISTA

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, às nove horas, no Plenário "Tereza Delta" da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, reuniram-se, em audiência pública, os membros da Comissão Mista desta Câmara Municipal, para apreciação do Projeto de Lei nº 116/2019, Protocolo Geral nº 6102/2019, de autoria do Executivo Municipal, que "Estima a receita e fixa a despesa do Município de São Bernardo do Campo para o exercício de 2020, e dá outras providências". Presentes os seguintes membros do Colegiado: Vereadores Ary de Oliveira, Presidente, Líder do PSDB; Eliezer Mendes, Vice-Presidente, Líder do PODE; Bispo João Batista, Secretário, Líder do REPUBLICANOS; Antonio Carlos, Líder do PT e Jorge Araújo, Líder do PHS. Presentes, ainda, os Vereadores Juarez Tudo Azul, Ana Nice Lula, Martins Martins, Samuel Alves, Tião Mateus e Pastor Zezinho Soares. O Poder Executivo Municipal esteve representado pelas seguintes pessoas: Senhores(as) Julia Benício, Secretária de Governo do Município; José Luiz Gavinelli, Secretário de Finanças; Silvia de Araujo Donnini, Secretária de Educação; Carlos Alberto dos Santos, Secretário de Segurança Urbana; Pedro Pinheiro, Secretário de Administração e Inovação; Geraldo Reple Sobrinho, Secretário de Saúde; Edson Massamori Nakazone, Secretário Adjunto da Secretaria de Saúde; José Carlos Gobbis Pagliuca, Secretário de Meio Ambiente e Proteção Animal; Delson José Amador, Secretário de Transportes e Vias Públicas; José Roberto Gil Fonseca, Secretário de Cidadania e Assuntos Jurídicos; Carlos Alberto Garcia Romero, Secretário de Assistência Social; Luciano Eber Nunes Pereira, Secretário de Obras e Planejamento Estratégico; Ivonete Barbosa, Diretora de Divisão Técnico Assistencial da Secretaria de Saúde; Valquíria de Souza Djehizian, Diretora do Departamento de Apoio à Gestão da Secretaria de Saúde; Stefanos P. Lazon, Diretor de Departamento da Secretaria de Saúde; Marcos Galante Vial, Diretor Superintendente da SBCPrev; Marcelo Augusto Andrade Galhardo, Diretor de Departamento da Secretaria de Administração e Inovação; Alexandra Regina Machtura, Assessora da Secretaria de Finanças; Marina Martins Magno, Encarregada de Serviço da Secretaria de Habitação; Marlúcia C. Santos, Bilheteira da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Trabalho e Turismo; Suzete B. da Silva, Diretora de Divisão da Secretaria de Assistência Social; Maria Auxiliadora B. de Paula, Diretora de Seção da Secretaria de Assistência Social; Maria de Fátima Sanchez, Diretora de Departamento de Atenção Especializada da Secretaria de Saúde; Luiz Roberto Beber, Coordenador UGP-BID da Secretaria de Saúde; Agnes Mello Farias Ferrari, Diretora Geral do Complexo Hospitalar Municipal de São Bernardo do Campo; Adriana Inoue, Assessora da Agência Reguladora de Serviços Públicos; Thiago Massucato, Auditor Fiscal de Rendas da Secretaria de Finanças; Renato Canhizares Talalas, Auditor Fiscal de Rendas Municipais da Secretaria de Finanças; Ana Letícia Matheus Nunes, Diretora de Seção de Programação Tributária da Secretaria de Finanças; Matias J. Sousa, Diretor do Departamento de Tesouro da Secretaria de Finanças; Cecília Lorena Viana Gomes, Diretora de Divisão da Secretaria de Finanças; Tatiana M. M. Rebucci, Assessora de Direção da Secretaria de Finanças; Alcir Pirani, Diretor da Secretaria de Finanças; Lucca Capuzzo, Encarregado da Secretaria de Finanças; Emerson Marcossi de Melo, Diretor de Seção da Secretaria de Finanças; Priscila Nishikawa Ganden, Agente de Controladoria da Secretaria de Finanças; Cristiano



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Liberato, Diretor de Seção da Secretaria de Finanças; Ivan Antonio Lazzuri, Coordenador Técnico de Saúde Bucal da Secretaria de Saúde; Edson Suterio, Diretor de Seção da Secretaria de Saúde; Aparecida Tunes da Silva, Diretora de Seção da Secretaria de Educação; José Luiz de Lima, Assessor de Direção da Secretaria de Educação; Mary A. Y. Campanha, Assessora de Governo da Secretaria de Educação; Ilka Baracho da Silva, Diretora de Seção da Secretaria de Educação; Renata Alves Leopoldo, Professora EJA da Secretaria de Educação; Patricia Rosa de Oliveira, Diretora de Divisão da Secretaria de Saúde; Cátia Maria de Faria Almeida, Assessora do Fundo Social de Solidariedade; Rosana de Moraes Nogueira, Diretora de Seção da Secretaria de Comunicação; Luis Pires de Paula, Diretor Superintendente do Rotativo São Bernardo; Nueli O. Q. de Souza Vinturini, Diretora de Departamento da Secretaria de Educação; Ivar José de Souza, Subprefeito de Riacho Grande; Larissa Alves Nogueira do Prado, Assessora de Governo da Secretaria de Serviços Urbanos; Cilene S. Santos, Encarregada de Serviços da Secretaria de Serviços Urbanos; Maria Isabel S. Costa, Diretora da Divisão de Contabilidade da Secretaria de Finanças; Fabiano A. de Oliveira, Assessor da Secretaria de Finanças; Lucimar da Silva Vicente, Encarregada de Serviços de Contabilidade da Secretaria de Finanças; Mirian Paz Martinez, Chefe de Seção da Secretaria de Transportes e Vias Públicas; Vivian Beatriz Caldeira, Diretora Administrativa do IMASF; Alessandra Lemos Bastos, Chefe de Seção do IMASF; Samuel Gomes Pinto, Diretor Administrativo da Fundação Criança; Andressa Dias Longo, Contadora da Fundação Criança; Edson Barbosa Sobrinho, Diretor Previdenciário do SBCPrev; Ettore de Carvalho Oriol, Contador do SBCPrev; Denise Perassolli, Diretora de Divisão da Secretaria de Finanças; Gisela Adriana Correa, Encarregada da Secretaria de Finanças; Helena Lorente Medina, Assistente Administrativo Sênior da Fundação Criança; Antonio Gilmar Giraladini, Diretor Administrativo e Financeiro do SBCPrev; Camila Gomes Quinoro, Diretora da Secretaria de Assistência Social; Camila Hatty, Assessora da Secretaria de Assistência Social; Eunice Pereira, Diretora da Secretaria de Assistência Social; Wagner Kuroiwa, Diretor de Departamento da Secretaria de Saúde; Damião Amaral Silva, Diretor da Secretaria de Saúde; Rodolfo Strufaldi, Assessor de Diretoria da Secretaria de Saúde; Vânia Maria F. Aguilhar, Diretora de Seção da Secretaria de Cultura e Juventude; Luiz Dantas, Chefe da Seção de Finanças da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo; Jéssica Souza, Chefe da Contabilidade da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo; Fatima Praelo dos Santos, Diretora de Seção da Secretaria de Segurança Urbana; Ademir Silvestre da Costa, Presidente da ETC SBC; Daniel Macario, Assessor de Governo da Secretaria de Comunicação e Henrique Aparecido Vicente, Contador do SBCPrev. Presentes, ainda, os seguintes representantes da sociedade civil: Senhores(as) Elaine C. Batista, Representante da Associação "Unidas Pelo Amor"; José Rubens N. Lopes, Presidente do Sindserv-SBC; Rozane Maria de Sena, Presidente da APACES; Dinailton Souza Cerqueira, Diretor de Relações do Trabalho do Sindserv-SBC; Gizelia Ferreira de Melo, Presidente da Associação de Moradores do Jardim Laura e Parque Alvarenga; Teresa de L. Defacio Lima; Silvana Felix Santos; Jurandir Diniz Pedro e Alvina Santos Dias. Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente da Comissão Mista esclareceu que a presente audiência pública se realiza em atenção ao disposto na Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e Lei 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto das Cidades). Logo após, informou que a Câmara fez publicar a realização da presente audiência no jornal "Notícias do Município", edições dos dias 14 e 22 de novembro

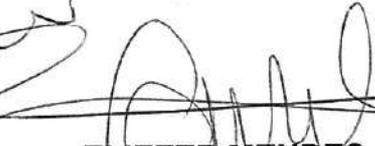


CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

de 2019, bem como no site deste Poder Legislativo, convidando o público para participar da presente audiência. Feitas as considerações preliminares, o Sr. Presidente informou que os técnicos do Executivo Municipal promoverão o detalhamento do Projeto de Lei nº 116/2019, que estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro 2020. Para tanto, convidou os Srs. José Luiz Gavinelli, Secretário de Finanças; Alcir Pirani, Diretor do Departamento de Orçamento e Controladoria da Secretaria de Finanças e Tatiana M. M. Rebucci, Assessora de Direção do Departamento de Orçamento e Controladoria da Secretaria de Finanças, para tomarem assento à mesa dos trabalhos, registrando que, após a explicação do projeto, abrirá a palavra aos senhores vereadores presentes, para as suas perguntas e/ou sugestões. Informou que, logo em seguida, a população, bem como os representantes das entidades presentes à audiência poderão fazer suas perguntas por meio de formulário próprio fornecido pelos técnicos da Câmara Municipal. Em seguida, passou a palavra para os técnicos do Poder Executivo para explanação. Feitos os pronunciamentos e esclarecidas todas as dúvidas formuladas pelos senhores Vereadores e representantes das entidades e sociedade civil presentes, o Presidente da Comissão Mista determinou que as notas taquigráficas que registraram a audiência pública, bem como todas as listas de presença e cópia dos quadros demonstrativos elaborados pelo Executivo Municipal integrassem a presente ata. Por fim, agradeceu a presença de todos e deu os trabalhos por encerrados às onze horas e quarenta e sete minutos, determinando a lavratura da presente ata, a qual vai assinada por quem de direito. x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.



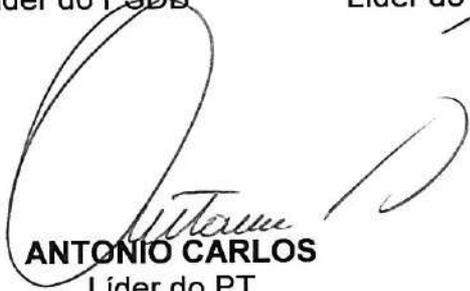
ARY DE OLIVEIRA
Presidente
Líder do PSDB



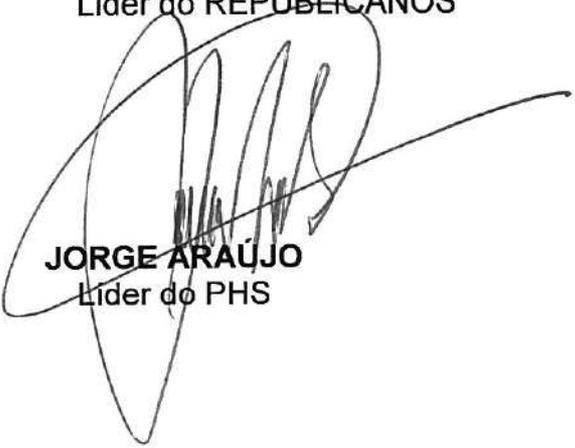
ELIEZER MENDES
Vice-Presidente
Líder do PODE



BISPO JOÃO BATISTA
Secretário
Líder do REPUBLICANOS



ANTONIO CARLOS
Líder do PT



JORGE ARAÚJO
Líder do PHS



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO MISTA PARA APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 116/2019, PROTOCOLO GERAL Nº 6102/2019, QUE “ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020”, REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2019, ÀS NOVE HORAS.

O SR. PRESIDENTE (Ary de Oliveira) – Bom dia a todos.

Vamos dar início à audiência da Comissão Mista da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, para tratar do Projeto de Lei 116/2019 - PG 6102/2019, que “estima a receita e fixa a despesa do Município de São Bernardo do Campo, para o exercício financeiro de 2020, e dá outras providências”.

A audiência desta data visa assegurar a transparência na gestão orçamentária, conforme dispõe o artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como o artigo 44 do Estatuto da Cidade.

A Comissão Mista da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo é constituída pelos seguintes Vereadores:

Vereador Ary de Oliveira, líder do PSDB - Presidente;
Vereador Eliezer Mendes, líder do PODE - Vice-Presidente;
Vereador Bispo João Batista, líder do Republicanos - Secretário;
Vereador Reginaldo Burguês, líder do PSD;
Vereador Antonio Carlos, líder do PT;
Vereador Aurélio, líder do PTB;
Vereador Ivan Silva, líder do SD;
Vereador Roberto Palhinha, líder do AVANTE;
Vereador Gordo da Adega – Josias Paz, líder do PCdoB;
Vereador Julinho Fuzari, líder do Cidadania;
Vereador Índio, líder do PL;
Vereador Mauro Miaguti, líder do DEM;
Vereador Jorge Araújo, líder do PHS;

Informamos que esta Câmara Municipal fez publicar Jornal “Notícias do Município”, edições dos dias 14 e 22 de novembro de 2019, comunicado convidando a população a participar desta audiência, nos seguintes termos:

“A Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, por meio da Comissão Mista, convida o público para participar de audiência pública a ser realizada no Plenário da Câmara no dia 25 de novembro de 2019, às 9h, referente ao Projeto de Lei 116/2019, que ‘estima a receita e fixa a despesa do Município de São Bernardo do Campo, para o exercício financeiro de 2020, e dá outras providências’. Vereador Ary de Oliveira, Presidente da Comissão Mista”.

Informamos, ainda, que disponibilizamos o convite em nossa página da internet.

Neste momento, faremos a composição da Mesa dos trabalhos. Para tanto convidamos o Sr. José Luis Gavinelli, Secretário de Finanças do município, Alcir Pirani, Diretor do Departamento de Orçamento e Controladoria da Secretaria de Finanças e Tatiana Moncayo Rebucci, assessora de direção do Departamento de Orçamento e Controladoria da Secretaria de Finanças.

Declarando abertos os trabalhos, informamos que, após a explicação do projeto pelo representante do Executivo Municipal, esta Presidência passará a palavra aos Vereadores. Logo em seguida, a população aqui presente poderá



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

fazer perguntas e/ou sugestões por escrito, por meio de formulário fornecido pelos funcionários desta Casa de Leis.

Passaremos a palavra aos representantes da Secretaria de Finanças, para a exposição do projeto.

O SR. JOSÉ LUIS GAVINELLI – Bom dia a todos. Inicialmente cumprimentar o presidente da Comissão Mista, Vereador Ary de Oliveira, em seu nome cumprimentar os demais Vereadores presentes, Vereador Antonio Carlos, Bispo João Batista, Jorge Araújo. Cumprimentar também a nossa Secretária de Governo Júlia Benício, em seu nome cumprimentar os demais secretários, dirigentes e superintendentes das autarquias, cumprimentar também os membros do Conselho Municipal de Orçamento que se encontram presentes, pela Secretaria de Saúde Dr. Geraldo Reple, pela Secretaria de Serviços Urbanos Cilene da Silva, pela Secretaria de Educação a Secretária Silvia Donnini, pela Secretaria de Finanças o Diretor Adjunto Alcir Pirani, também estou presente, o Presidente. Cumprimentar também a equipe da Secretaria de Finanças, em nome do Alcir Pirani, Diretor de Orçamento e Controladoria, sua Diretora Adjunta Tatiana, toda equipe da Finanças, que dá respaldo para que não só a peça orçamentária seja elaborada, mas também a realização dessa audiência pública.

Inicialmente, gostaríamos de fazer alguns comentários sobre a questão econômica que o país está atravessando. Lembrando que essa audiência é em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu Art. 48, onde estabelece quais são os instrumentos de transparência e gestão na administração pública. Também ainda em atendimento à Constituição Federal, em seu Art. 165, onde estabelece as leis de iniciativa do Poder Executivo, o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e também o orçamento anual.

A Lei Federal 4.320, que estabelece as normas gerais de execução do orçamento.

A Lei Orgânica do Município de São Bernardo do Campo, através de seu Art. 274, onde também estabelece quais são os preceitos legais na área de direito financeiro.

O ciclo orçamentário se inicia na verdade com ouvir a população em suas prioridades para o ano. Então, iniciamos através do PPA, que já foi elaborado e aprovado por esta Casa em novembro de 2017 através da Lei nº 6.610, e estabelece as diretrizes para os quatro anos seguintes, 2018 a 2021.

Na sequência esta Casa aprovou a LDO para 2020, em 03/07/2019 através da Lei 6.800. E agora estamos discutindo a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2020, que tem que ser aprovado até o final do recesso deste ano da Câmara. E na sequência teremos a execução orçamentária para 2020.

Lembrando que o Município através do nosso Prefeito Orlando Morando estabeleceu o programa governar com você, que tem como objetivo buscar junto à população quais são suas prioridades para cada área, não só para o PPA, para LDO quanto também para esse orçamento que hora está sendo apresentado.

Foi lançado em 1º de fevereiro de 2019 para o ciclo orçamentário de 2020. Ficou à disposição da população do dia 1º de fevereiro até o dia 31 de março de 2019 através do site www.governarcomvc.com.br e também do aplicativo Palma da Mão.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Foram eleitas na verdade as prioridades. Dentro de cada prioridade, cada eixo eram escolhidas três prioridades. E dessa forma conseguimos obter um total de 25 mil sugestões de moradores para novas ações.

Aí para terem uma ideia de qual foi a prioridade que nossa população estabeleceu, veem que em primeiro lugar está a questão do trabalho, da capacitação profissional, na verdade 31% desses votos, aproximadamente 7.500 munícipes estabeleceram isso como a prioridade 1 para 2020.

Na sequência temos área da saúde e também área de educação.

O cenário atual econômico que o município está atravessando, quer dizer, a economia cresce, mas cresce com muita cautela. No 2º trimestre tivemos um crescimento aproximado de 0,4%, uma pequena recuperação, ainda é tímida em relação as nossas expectativas e os anseios com relação a incremento da arrecadação. A taxa de desemprego ainda continua elevada, algo em torno de 11,8 a 12%. Obviamente com a reforma da previdência e caminhando para a reforma não só tributária quanto administrativa se desenha um cenário melhor para 2020.

Com relação ao PIB ainda é uma alta pequena e foi projetado para o trimestre algo em torno de 0,44, quando tínhamos expectativa de até 2% do PIB para este ano.

A inflação continua controlada e alto em torno para 2019 de 3,33%.

As notícias para o 3º trimestre com relação à taxa de desemprego continua em 11,8, aproximadamente 12,5 milhões de desempregados, aponta o IBGE.

A China, aí já é uma boa notícia nesse recente encontro do Brics, tem um compromisso de investimentos na ordem de R\$100 bilhões no Brasil, o que isso pode injetar um recurso considerável na economia e fazer com que a economia de fato entre num processo de recuperação.

Na sequência vocês veem como está a economia, voltando em 2005. Esse é o nosso PIB, que vem lá de 2005, então, tivemos a primeira queda em 2019. E agora a partir de 2014 quedas sucessivas, onde começamos a ter uma recuperação no final de 2016, início de 2017, mas ainda uma recuperação muito pequena perto da necessidade do país.

Aqui a evolução do PIB, onde também vocês veem lá em 2014 estava em 2,2, a partir daí quedas sucessivas, onde chegou em 2016 a 4,5 negativos o nosso PIB. E aí vem num processo de recuperação, mas uma recuperação muito lenta.

Atividade econômica praticamente é uma repetição do PIB, mas voltando a setembro de 2009, tivemos o auge lá em 2010, aí pequenas oscilações, em setembro de 2016 na verdade uma grande queda na atividade econômica. E agora também a partir de 2017 pequeno cenário de recuperação. Isso reflete no índice nosso de ICMS, então, a última coluna em azul é o índice de 2.37. Então, houve uma pequena recuperação em relação ao ano anterior, mas vocês têm uma ideia aí do nosso índice, é o menor de uma série histórica que retroage a 1997.

Lembrando que o ICMS compõe algo em torno de 30% da arrecadação, isso já chegou tempos passados a representar quase 60% da receita do município. Hoje sé 30% da arrecadação.

Aqui para vocês entenderem, o cálculo do ICMS é uma coisa que está se discutindo no Governo Federal, como se calcula, então, 76% do peso



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

do nosso índice é o valor adicionado, é o que se negocia, é o que se compra e vende no município: 13% decorrente da população, 5% em relação a sua receita própria, 3% área cultivada, 0,5% área inundada, 0,5% área de preservação e 2% é um percentual fixo que é distribuído de forma igual para todos os municípios.

Aqui também, para vocês sentirem a questão do que estamos ministrando nesses últimos três anos, também retroagimos e aqui estamos em valores correntes, ou seja, expurgando totalmente a inflação fechamos uma receita de 2018 na ordem de R\$3,297 bilhões. Essa receita foi equivalente a mesma receita de 2016 e bem inferior à receita de 2013, que foi da ordem de R3,676 bilhões. Então, isso na verdade demonstra a queda da arrecadação drástica que está ocorrendo no município, o que exige essa política adotada pelo nosso Prefeito da austeridade no gasto público para que de pudesse manter, e na verdade incrementar os serviços e as obras que foram destinadas à população.

Mesma coisa aqui, essa mesma evolução. Com relação a receitas correntes e despesas correntes vocês veem que praticamente o que arrecadamos, gastamos em termo de custeio, o que sobra muito pouco para investimentos públicos.

Aqui ICMS novamente, então, veem a queda que teve em decorrência de 2013, percentual de 40% em relação a 2013, foi a queda real, esses são valores que foi expurgado toda inflação.

A mesma coisa com relação a IPVA, que aí houve uma queda menor, aproximadamente 17% em relação a 2013.

A receita do IPTU, aqui é importante ressaltar que esta gestão, esta Administração não deu qualquer tipo de aumento de imposto. Então, essa recuperação é através de um combate muito forte na inadimplência, criando planos de regularização de débitos tributários e também combatendo a sonegação fiscal, já que vocês percebem que houve um crescimento, mas não houve aumento de impostos.

A mesma coisa com o INSS. Vocês veem que a receita própria do município, o município tem feito muito esforço para se manter, veio até um crescimento em suas receitas.

O ISS a mesma coisa. Combate muito forte à sonegação fiscal. Lançamento do Programa Nota 1000, isso faz com que o município tenha uma recuperação e também na questão do combate à inadimplência. Também não houve qualquer tipo de aumento nas alíquotas de ISS.

Imposto de Renda, aí na verdade tem muito mais a ver com o salário, a retenção do imposto de renda de tudo que se paga na folha e para os serviços prestados.

ITBI, que teve aqui um pequeno crescimento em 2019 decorrente de um plano que fizemos de revisão da alíquota, então, tivemos um pequeno crescimento. Praticamente, com essas informações passamos a vocês uma noção de como anda a economia do nosso país e automaticamente o reflexo disso ao Município de São Bernardo.

Já atrelando alguma outra informação com relação a limites de endividamento. Aqui passo a vocês quais são os limites legais e como o município se situa dentro desses limites. Então, contratação de operações de crédito, o nosso limite legal é de 16% da receita corrente líquida e o limite acumulado hoje na ordem de 11.63.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Com relação ao pagamento de juros e amortização o limite é de 11.5 da receita corrente líquida e hoje estamos projetando 8.57%.

E com relação à dívida consolidada líquida uma projeção de 84.3, quando na verdade nosso índice seria 120%, portanto, o município está plenamente enquadrado dentro dos limites constitucionais de endividamento.

Dados consolidados do município. Já passamos os dados com relação à LOA, então, estamos prevendo para o exercício de 2020, e aqui quero ressaltar, até considerando essas informações previmos um pequeno crescimento da ordem de 5% na receita da Administração Direta, então, estamos prevendo R\$5,153,545 bilhões, um crescimento em recursos do Tesouro menor, da ordem de 2.05%, passando para R\$2,924,607 bilhões.

Recursos vinculados também um crescimento de aproximadamente 9%, na ordem de R\$2,228,938 bilhões.

E aí o orçamento da Administração Indireta, R\$630,601 milhões, um crescimento da ordem de 3,85%, totalizando um orçamento geral de R\$5,784,146 bilhões.

E a parte de baixo, de rodapé, são as transferências que o Município faz à Administração Indireta, SBCPrev R\$340 milhões, Câmara Municipal R\$80 milhões, Fundação Criança R\$12,5 milhões, ETC R\$11,3 milhões, Agência Reguladora R\$1 milhão, Imasf R\$13 milhões, totalizando 417,8 milhões.

De forma detalhada, a receita da Administração Direta e Indireta. Do Município R\$5,153,545 bilhões, Faculdade de Direito R\$40,757 milhões, Imasf R\$165,853 milhões, Fundação Criança R\$19,461 milhões, Rotativo São Bernardo R\$8,203 milhões, Instituto de Previdência R\$396,327 milhões. Total geral do orçamento do Município para 2020 R\$5,784,146 bilhões.

Nesse gráfico nós demonstramos como está colocado o recurso por fonte de recurso. Então, 56% é fonte do Tesouro, R\$2,924,607 bilhões, seguido de operações de crédito, que são as operações ainda em decorrência do Pró-Sabes e do Pró-Infra, R\$970,440 milhões, 18%, e as demais receitas de outras fontes.

Aqui é a composição por tipo de receita, impostos e taxas correspondem a 30%, transferências de capital e operações de crédito 22%, outras receitas 18%, ICMS 18,15%, Fundeb 6,91%, IPVA 3,51%. Foram alguns itens que a gente elencou, que são os mais importantes.

Na mesma sequência, o ICMS em relação agora à receita do Tesouro, que eu comentei que no passado esse percentual chegou até quase 60%, hoje, para 2020, está projetado em 29,5%, R\$935 milhões, ISS vem na sequência com 17,6%, R\$558 milhões, IPTU, com R\$472 milhões, aproximadamente 15%, e demais receitas, totalizando R\$582 milhões, 18%. E aí vem ITBI, Taxas, Imposto de Renda e IPVA.

Aí é também a receita por categoria econômica, impostos e taxas 30,34%, seguido de transferências correntes, 35,64%, que na verdade está na frente, e operações de crédito e demais receitas.

Agora já a desposo por fonte de recurso. Do total de R\$4,695 bilhões, R\$2,466 bilhões são recursos do Tesouro, operações de crédito R\$970 milhões, recursos da União R\$588 milhões, Estado R\$470 milhões, fundos R\$200 milhões e parcerias R\$10 milhões.

Receita da Administração Direta já por grupo de despesa. Então, o primeiro item é outras despesas correntes, aproximadamente 40%, seguido de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

investimentos com 29%, pessoal e encargos com 23,83%, e amortização da dívida com 5,11%.

Aqui nós procuramos detalhar, e vou até priorizar em termos de valores, como está alocado o recurso para 2020 por secretaria.

Então, na Secretaria de Saúde, R\$1,186,396 bilhão, aproximadamente 25,27%, na Secretaria de Transportes e Vias Públicas, R\$955,693 milhões, 20,35%, Secretaria de Educação, R\$915,478 milhões, 19,5%, Encargos Gerais do Município, R\$348 milhões, 7,42%, Secretaria de Serviços Urbanos, R\$310 milhões, 6,62%, Secretaria de Habitação, R\$246 milhões, 5,26%, Secretaria de Administração e Inovação, R\$223 milhões, 4,75%, Secretaria de Obras e Planejamento, R\$125 milhões, 2,685, e na sequência as demais secretarias que não chegam ao valor de R\$100 milhões, mas que constam na apresentação que passei para vocês, e aí fica fácil qualquer consulta e qualquer dúvida. Total geral, por secretaria, R\$4,695,745 bilhões, mais as transferências financeiras feitas às autarquias, R\$5,153,545 bilhões.

Ai, detalhados também, os investimentos feitos pela Administração Direta, que estão programados para 2020. Recursos do Tesouro R\$168,948 milhões, 3,60%, recursos do Estado R\$24,257 milhões, 0,52%, dos fundos R\$51,575 milhões, 1,10%, União R\$146,746 milhões, 3,13%, e decorrente de operações de crédito R\$970,440 milhões, 20,67%. Total dos investimentos programados para 2020 R\$1,361,966 bilhão, correspondente a 29% do orçamento total do Município.

Com relação ao comprometimento das despesas com pessoal, que é com base na receita corrente líquida estimada para 2020, que está estimada em R\$3,815 bilhões, gastos com pessoal R\$1,459 bilhão, percentual sobre a receita 38,24%, limite máximo 54%, limite prudencial 51,3%, limite de alerta 48,6%.

Educação e saúde, também os limites constitucionais sobre aquela receita corrente líquida que informei na fala anterior, 25%, que é o nosso limite mínimo, e estamos projetando investimentos na ordem de 27,06% em educação, e na saúde, que o investimento mínimo é 15%, estaremos prevendo 22,32%.

Aqui nós detalhamos, na verdade, as receitas de transferências de impostos, que é a base para fins de aplicação tanto na educação quanto no ensino, como também em pessoal. O que é composta essa receita? ICMS, FPM, IPI, IPTU, Imposto de Renda, ITBI, ISS, ITR, IPVA, atualização monetária e juros de mora, e também créditos de dívida ativa. Total de impostos R\$7,587,437 bilhões, 27,06 na educação correspondente a R\$700,160 milhões.

O detalhamento dos gastos na educação, então 67,16% é despesa relacionada com pessoal e encargos, 28,52% ao custeio, e 3,92% a investimentos.

Ai nós temos o cálculo da aplicação na educação, dos R\$700 milhões, mais juros R\$1,266 milhão, a dedução do Fundeb, total R\$460,704 milhões.

Principais unidades escolares, equipamentos da educação, EMEBs 178, EMEBBE, Escola Municipal de Educação Especial 1, Escola Municipal de Educação Básica Bilingue 1, creches através de parcerias 28, total de unidades escolares 208 unidades. Número de alunos em creches 8.751, em pré-escola



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

23.128, fundamental do 1º ao 5º ano 43.547, no EJA 3.280, educação especial 132 e em creches através de parcerias 3.200, total de alunos 82.038.

Principais investimentos em educação, e a fonte de recurso. Merenda escolar estimamos R\$59,159 milhões, sendo R\$22 milhões do Tesouro e R\$36 milhões da União. Uniforme escolar integralmente do Tesouro R\$5,571 milhões. Material escolar R\$4,650 milhões, sendo do Tesouro R\$4.150 milhões, da União R\$500 mil. Transporte escolar R\$30,117 milhões, do Tesouro R\$13,837 milhões, da União R\$16,280 milhões. Convênios e parcerias R\$38,355 milhões, sendo do Tesouro R\$36,355 milhões e da União R\$2,470 milhões.

Já com relação à aplicação na saúde, também de um total de R\$2,587 bilhões, onde a aplicação obrigatória seria de 15%, estaremos gastando 22,32%, R\$577,516 milhões. E aí é a composição dos gastos em saúde. Outras despesas correntes 83,16%, pessoal e encargos 13,55%, e demais despesas em valores menores. A composição, despesa corrente R\$566 milhões, pessoal e encargos R\$78,267 milhões, juros e encargos da dívida R\$8,105 milhões, outras despesas correntes R\$480,284 milhões, despesas de capital, os investimentos, R\$4,571 milhões, amortização da dívida R\$6,289 milhões. Total geral R\$577,516 milhões.

Aí os custos dos hospitais. Hospital da Mulher, HMU, do Tesouro R\$47,331 milhões, União R\$40 milhões, total R\$87,331 milhões. Hospital Anchieta, do Tesouro R\$49,713 milhões, mais R\$40 milhões da União, R\$89,713 milhões. HC, recursos do Tesouro R\$38,698 milhões, do Estado R\$24,5 milhões, União R\$65,360 milhões, total R\$128,558 milhões. Hospital de Pronto-Socorro e Hospital de Urgência, Tesouro R\$49,314 milhões, União R\$60,850 milhões, total R\$110 milhões. Total geral, R\$185 milhões do Tesouro, R\$24,5 milhões do Estado e R\$206 milhões da União, totalizando R\$415,766 milhões.

Algumas informações detalhadas da Secretaria de Serviços Urbanos, das principais despesas, manutenção de parques, praças e áreas verdes R\$3,470 milhões, manutenção e conservação de vias e logradouros R\$25,7 milhões, gestão dos serviços de limpeza urbana R\$150 milhões, execução de obras de micro-drenagem R\$51,308 milhões, manutenção do sistema de drenagem e operação de estações elevatórias R\$800 mil.

Na área de transportes e vias públicas, sinalização e fiscalização de trânsito R\$56,957 milhões, gratuidades R\$46,820 milhões, gestão e controles de radares eletrônicos R\$49,486 milhões.

E em transportes e vias públicas fizemos também um detalhamento do programa de transporte urbano, as várias obras, e aí também o quadro está conclusivo, mas conta na programação, onde a gente detalha todas as ações, totalizando R\$108 milhões no programa de transporte urbano.

Na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, aqui é uma retrospectiva da Central de Trabalho e Renda, onde em 2018 nós tivemos 2.768 funcionários inseridos no mercado de trabalho. Se vocês forem ver em relação aos anos anteriores nós chegamos a quase triplicar o número de trabalhadores inseridos. Em 2015 esse número foi de 1.165, em 2016 873, em 2017 já começou um crescimento de 1.728 e 2018 2768 e até 09 de setembro 2.367, com certeza vamos superar em muito os números de 2018.

Com relação à Administração e Modernização, que são algumas despesas gerenciadas por aquela secretaria, pessoal R\$1,217 bilhão,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

manutenção de órgãos externos, que é Corpo de Bombeiros e Defesa Civil, R\$2,954 milhões, recursos do PNAFM, que é na área de modernização administrativa e fiscal R\$7,9 milhões, o PMAT, também é na área de modernização tributária, R\$3,315 milhões.

E aqui é a questão de reajuste salarial. Estamos prevendo, na verdade, aproximadamente 7,7% de crescimento na folha, isso em decorrência de reajuste salarial e crescimento vegetativo. E, obviamente, que isso depende muito do comportamento da arrecadação.

Já também com relação à Administração e Modernização, o programa Atende Bem, o número de atendimentos realizados, dos serviços realizados, uma média de 69 mil atendimentos/mês, atual 831.780. Serviços disponibilizados tanto presencial quanto online 584, sendo que online via web 99. Tempo de espera de atendimento aproximadamente oito minutos.

Na área de esporte o valor total do orçamento é R\$6,2 milhões, e aí destacamos vários equipamentos, totalizando 82 equipamentos, e as maiores quantidades são campos de futebol, 38, ginásios de esportes, 17, centros recreativos esportivos, 6, e ainda temos, aqui embaixo, cancha de bocha, 7, e quadras de areia, 3.

Na Secretaria de Cultura as principais ações e investimentos para 2020 o Teatro Elis Regina, que é a entrega e a revitalização, bem como a requalificação do teatro, a implantação do projeto Fábrica de Cultura, o Centro Livre de Música, continuidade dos 71 cursos oferecidos ministrados no Teatro Martins Pena, atendimento de aproximadamente 1.200 alunos, oficinas, continuidade dos 110 cursos oferecidos, ministrados em espaços diversos, atendimento de aproximadamente 1.700 alunos, Centro Áudio Visual, continuidade dos 28 cursos oferecidos, e são ministrados no Cenforpe, atendimento a 740 alunos/ano.

Já na área de Assistência Social temos lá o restaurante Bom Prato, que é uma parceria com o Governo do Estado, refeições servidas por dia 300 cafés da manhã, 1.500 almoços e 500 jantares.

Já partindo agora para o orçamento do Legislativo, e da Administração Indireta.

Orçamento da Administração Indireta, total, R\$630,601 milhões, correspondente à SBCPrev R\$396,327 milhões, Imasf R\$165,853 milhões, Faculdade de Direito R\$40,757 milhões, Fundação Criança R\$19,461 milhões e Rotativo R\$8,203 milhões.

Previdência Social, SBCPrev. O total do orçamento da previdência é da ordem de R\$757 milhões, sendo que contribuição dos servidores R\$85 milhões, correspondente a 11%, contribuição patronal R\$147 milhões, quase 20%, fundo de reserva técnica R\$24 milhões, 3%, Comprev, que é aquela compensação entre os regimes de previdência, R\$68,820 milhões, dívida de parcelamento, contribuições que não foram pagas e estão sendo acordadas para parcelamento, R\$19,430 milhões, receitas patrimoniais, aplicações financeiras, R\$29,840, reserva técnica R\$20,812 e outras receitas R\$6 milhões.

E aí a composição das transferências. Isso são as receitas, SBCPrev, depois o que ela recebe de aporte de recurso dos entes. Do município R\$340 milhões. Do IMASF R\$6 milhões. Faculdade de Direito R\$5 milhões. Câmara Municipal R\$9,5 milhões. Total R\$757,142 milhões. E a sua despesa de R\$757 milhões, 66% é com aposentadoria e reformas, R\$503,512 milhões. Pensões R\$96,773 milhões, 12%. Custeio R\$7 milhões, 0,93%. A



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

reserva atuarial R\$139,740 milhões. Reserva de contingências R\$7,363 milhões. Outras despesas R\$70. Compensação previdenciária R\$50. Precatórios R\$2,589 milhões. Totalizando R\$757,142 milhões.

Aqui achei importante dar uma parada para colocar vocês a par também da questão da previdência, que é um assunto que está sendo muito discutido. Então, veem, que acho que aqui o mais importante é esse gráfico em vermelho. Em 2010 o município gastava R\$203 milhões com previdência. Vem crescendo, crescendo. Quando chega agora em 2020, o custo projetado que o município terá com previdência vai da ordem de R\$757 milhões. Quer dizer, praticamente multiplicamos por 4 as despesas com previdência. Isso tem histórico, que vou passar na sequência. Na verdade foi feita uma remodelação da previdência em 2011 e fez com que alongasse a dívida da previdência. Então, reduzimos o impacto da previdência em 2011 através de uma reformulação do sistema de previdência e jogamos esse impacto para administração futura.

Tanto é que o gráfico está aí, demonstra exatamente isso. Quer dizer, um crescimento cada vez maior com a previdência e que vem em números absurdos hoje, onde poderemos chegar em 2021, felizmente a reforma foi aprovada, senão íamos superar talvez até o gasto com saúde só com o sistema de previdência. Essa foi uma forma que se ajustou no passado para reduzir o impacto da previdência na época e jogar esse impacto para frente. Então, veem aí, despesa é um gráfico a valores correntes, isso não tem inflação, são valores reais. Então, de R\$203 milhões em 2010 fomos para R\$757 milhões em 2020. Quer dizer, é uma coisa insuportável para qualquer município. Vemos que as demais despesas se mantêm constantes.

As transferências também, se vocês verificarem a transferência, que é o que está em amarelo, vão ver que lá em 2010 essa transferência era zero e começou com R\$2 milhões em 2011. Ela está sendo projetada para R\$360 milhões em 2020. Quer dizer, de R\$2 milhões vai para R\$360 milhões. Essa também é a revisão que foi feita da previdência lá em 2011.

Aqui também, para demonstrar, isso é real, é da contabilidade, está no Portal Transparência, fica aí à disposição para qualquer consulta. Mas isso é real, o gasto em 2010, R\$186,690 milhões. E o gasto projetado para 2020 na ordem de R\$546,353 milhões. Provavelmente três vezes mais do que gastávamos em 2010.

Aqui mostra um pouquinho o que aconteceu com a previdência. Lá em 2011 foi aprovado um plano de cobertura do passivo atuarial. Então, veem que de 2011 a 2012 foi aprovada uma recuperação de 0.5. De 2013 a 2014 passou para 1. De 2015 para 2016 passou para 1.50. De 2017 a 2018 passou para 2. De 2019 a 2020 para 5. De 2021 a 2044 para 8. Então, veem que esse plano de recuperação começa com 0.5 em 2011 e passa para 8 em 2021. Então, isso fez com que elevasse esse valor de forma absurda o custo com previdência para o Município de São Bernardo.

Total da despesa da Administração Indireta. Instituto de Previdência do Município R\$757 milhões, aproximadamente 69% do total da Administração Indireta. Instituto Municipal de Assistência Médica R\$172 milhões, 15,87%. Câmara Municipal R\$70,482 milhões, 6,48%. Faculdade de Direito de São Bernardo R\$35 milhões, 3,26%. Fundação Criança R\$31,961 milhões, 2,94%. Empresa de Transporte Coletivo de São Bernardo R\$11,300 milhões, 1,4%.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Rotativo de São Bernardo R\$8,203 milhões, 0,75%. Agência Reguladora R\$1 milhão, 0,09%. Total da Administração Indireta de R\$1,088,401 milhão.

Aí detalhamos também alguns programas no Legislativo e Administração Indireta. Na Câmara Municipal temos operações especiais e ação legislativa R\$70,482 milhões. Na Previdência, basicamente a gestão da previdência, que é o valor maior, R\$607. E a reserva atuarial R\$147. Totalizando R\$757,142 milhões. Faculdade de Direito de São Bernardo, que é a gestão da performance da faculdade, basicamente 100% do valor, R\$35,524 de R\$35,532.

Instituto Municipal de Assistência Médica, total R\$172,781 milhões. Composto de operações especiais R\$3 milhões. Administração geral R\$10 milhões. Assistência médico-hospitalar R\$149,053. Transferência financeira pequena de R\$5 milhões. A Empresa de Transporte Coletivo de São Bernardo R\$11,300 milhões, sendo operações especiais R\$7,200. Modernização e eficiência da gestão R\$4,100 milhões. Fundação Criança, operações especiais R\$1,392 milhão. Apoio administrativo à Fundação R\$25,238 milhões. Proteção social básica e especial R\$5,331 milhões.

Rotativo São Bernardo R\$8,203 milhões, praticamente do Rotativo de São Bernardo, R\$8,143 milhões. Agência Reguladora de Serviços Públicos R\$1 milhão, que é regulação dos serviços de saneamento básico de São Bernardo do Campo. Totalizando R\$1,088,401 milhão.

Finalmente, a Despesa Consolidada do Município, que é total do orçamento. Administração Direta R\$4,695,745 bilhões, 81,18%. E Administração Indireta R\$1,088,401 bilhão, 18,82. Totalizando R\$5,784,146 bilhões.

Para finalizar, só informando que o projeto de lei já se encontra anexo do Município de São Bernardo do Campo na sua integralidade. O acesso é através do site <http://www.saobernardo.sp.gov.br/>. Acessando, tem lá a LOA e está lá 2020. Era essa explanação que tínhamos a fazer. Ficamos à disposição.

Colocamos ao Presidente da Comissão que o Prefeito solicitou a todos os secretários e todos os dirigentes, superintendentes das autarquias que estivessem à disposição desta Casa, para que se houver qualquer dúvida, única coisa que pedimos é que qualquer dúvida que surja, que seja específica ao que apresentou neste momento, que é com relação à LOA de 2020.

Pedimos, até por uma questão de ordem, Presidente, que o Vereador que tenha alguma colocação, que faça todas as colocações, perguntas, qual secretário, para que o secretário já possa se preparar para vir em Plenário e responde de uma vez só.

Obrigado. Ficamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Ary de Oliveira) – Destacamos também a presença do Presidente desta Casa Vereador Juarez Tudo Azul, também estão presentes a Vereadora Ana Nice Lula, Antonio Carlos, este Vereador que vos fala, Ary, Eliezer Mendes, Bispo João Batista, Jorge Araújo, Martins Martins, Samuel Alves, Tião Mateus e Pr. Zezinho Soares.

Feita a exposição do projeto, gostaríamos de registrar que esta audiência conta com a presença dos seguintes representantes do Poder Executivo Municipal: Julia Benicio – Secretária de Governo; Silvia de Araujo Donnini - Secretária de Educação; Alberto dos Santos - Secretário de Segurança Urbana Carlos; Alberto dos Santos - Secretário de Administração e



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Inovação; Geraldo Reple Sobrinho - Secretária de Saúde; Edson Massaroni Nakazone - Secretário Adjunto da Secretaria de Saúde; José Carlos Gobbi Pagliuca - Secretário de Meio Ambiente e Proteção Animal; Delson José Amador - Secretário de Transporte e Vias Públicas; José Roberto Garcia Romero - Secretário de Assistência Social; Luciano Eber Nunes Pereira - Secretário de Obras e Planejamento Estratégico; Adriana Inoue - Assessora da Agência Reguladora de Serviços Públicos; Luis Pires de Paula - Diretor Superintendente do Rotativo São Bernardo; Ivar José de Souza - Subprefeito de Riacho Grande; Vivian Beatriz Caldeira - Diretora Administrativa do IMASF; Samuel Gomes Filho - Diretor Administrativo da Fundação Criança; Edson Barbosa Sobrinho - Diretor Previdenciário da SBCPrev; Antonio Gilmar Giralchini - Diretor Administrativo e Financeiro da SBCPrev; Marcos Galante Vial - Diretor Superintendente da SBCPrev; Luiz Dantas - Chefe da Seção de Finanças da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo; Jéssica Souza - Chefe da Contabilidade da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo e Ademir Silvestre da Costa - Presidente da CETESB.

Também estão presentes os representantes da Sociedade Civil: Elaine C. Batista - Representante da Associação "Unidas Pelo Amor"; José Rubem N. Lopes - Presidente do SINSERV; Rozane Maria de Sena - Presidente da APACES; Teresa de L. Defacio Lima - Muniçipe; Silvana Felix Santos - Muniçipe; Jurandir Diniz Pedro - Muniçipe e Alvina Santos Dias - Muniçipe.

Esta Presidência passa a palavra aos nobres Vereadores, para que procedam às perguntas que se fizerem necessárias. (Pausa) Com a palavra a Vereadora Ana Nice Lula.

A SRA. ANA NICE LULA - Bom dia, Presidente Ary de Oliveira, em seu nome cumprimento os demais integrantes da Mesa, secretárias, Vereadores presentes, muniçipes presentes. Acabei chegando um pouquinho atrasada no início da apresentação, pois estava doando sangue, só inicia às 8h e o processo não é tão rápido, então, acabei me atrasando um pouquinho para acompanhar o início da audiência.

Mas importantes as explicações. Infelizmente a peça orçamentária não é nada simples para entender, os dados. E os programas também acabam vindo de forma bastante genérica.

Fiz uma análise comparativa em relação a alguns dados que me chamaram mais atenção e considereei pertinentes em relação à LOA de 2019, a LOA prevista para 2020. Tem aí um acréscimo previsto de aproximadamente R\$300 milhões de aumento de previsão de orçamento para o próximo ano. No entanto, em algumas secretarias em números absolutos em relação a este ano o número é menor.

Educação, por exemplo, em números absolutos, que estavam em 2019 previstos R\$991,303 milhões. E para 2020 estão previstos R\$942,326 milhões. Tem aí uma redução de investimento previsto na educação de aproximadamente R\$50 milhões. Quero entender um pouco por que da queda deste número em relação ao investimento na educação, sendo que o valor previsto na LOA em geral aumentou.

Outro número que chamou minha atenção também é relacionado à habitação. Em 2019 foi uma previsão de R\$327 milhões. Já em 2020 estão previstos R\$246 milhões, uma redução de aproximadamente R\$100 milhões.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Quero entender também qual programa, o planejamento para habitação para 2020. Assim também relacionado à educação, quais são os programas, principalmente voltado ao que está sendo pensado em relação à educação inclusiva, tem aumento de efetivo, tem abertura de novos concursos, o que está sendo pensado voltado à inclusão na educação.

Tem outro dado também, que é OCA, que é o orçamento voltado à criança e adolescentes, que no ano de 2019 a previsão foi de R\$1,422 bilhão. E para 2020 está previsto R\$1,361 bilhão. Então, entender um pouco esses dados aqui, por que da redução desse número de investimentos nessas secretarias e saber o que está previsto em relação à inclusão da educação em nosso município.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ary de Oliveira) – Secretário, passo por todos e depois responde todos.

O SR. JOSÉ LUIZ GAVINELLI – Acho melhor.

O SR. PRESIDENTE (Ary de Oliveira) – Com a palavra o Vereador Tião Mateus.

O SR. TIÃO MATEUS – Bom dia a todos, colega Vereador Ary de Oliveira, Presidente da sessão, Gavinelli, todos os secretários, secretárias, técnicos, diretores de empresas, colegas Vereadores, que está num número bastante significativo aqui hoje.

Tenho algumas perguntas e começarei pelo que o Gavinelli, logo no início falou das dificuldades. Hoje de manhã, Gavinelli, estava assistindo ao jornal, lá fiquei preocupado com essa questão que você coloca, essa briga política entre Brasil e Argentina.

A Argentina hoje diz que poderá sair do Mercosul. São muitas variáveis. Isso lógico que diretamente, todos sabemos que somos maiores vendedores de automóveis e o maior comprador de automóvel de todo o mundo é a Argentina. Brasil e Argentina têm muitos negócios. Compramos trigo, eles compram automóvel. Lógico que isso nos traz preocupação. E São Bernardo do Campo por ser um dos maiores construtores, fabricante de caminhões e automóvel é lógico que isso nos prejudica.

Tem a questão da Ford, que depois poderemos conversar sobre isso. Então, quero verificar com você, Gavinelli, se estuda a perspectiva dessa situação. Qual seria o prejuízo numa eventual saída da Argentina do Mercosul, que é um dos maiores compradores nosso. Essa é uma questão que queria te colocar.

A outra questão que trouxe aqui, que são perguntas bem rápidas. Quero saber da arrecadação de IPTU, ITBI. Na verdade aprovamos um projeto, essa recuperação econômica que fala, chama de REFIS. Com esses dois programas de REFIS adotados, tem um agora que está valendo neste momento, até o dia 20 de dezembro, qual foi o valor arrecadado, até para termos a noção qual foi a contribuição dada nesse programa.

Tem outra situação, que é da saúde. A minha colega Vereadora Ana falou de valores que tem na saúde, queria saber se esse valor da saúde, que sempre a educação é um pouco maior, se isso está dentro dessa perspectiva de abertura do hospital, se isso tem alguma coisa, alguma relação, de despesa do futuro Hospital de Urgência e Emergência.

Você falou, sempre os funcionários que nos encontram perguntam se ano que vem tem aumento de valores no salário. Acho que você tocou num



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

ponto, que depende muito de arrecadação, mas queria saber se você tem valores para isso, do ano que vem, porque o pessoal pergunta para nós sobre essa situação.

As desapropriações que acabam sendo feitas pelo Município, que acabam tendo muitas dificuldades, as pessoas recorrem, e acaba virando precatório, queria saber como está essa questão de precatórios aqui na cidade.

E uma das últimas, acho que todos nós Vereadores temos preocupação, é com relação à previdência dos funcionários públicos de São Bernardo. O Congresso acabou de aprovar uma PEC que incluiu os estados e municípios, e você colocou um gráfico que me assustou, 2010/2019.

São Bernardo projeta, pensa, planeja, de fazer alguma mudança vinculando a previdência dos funcionários com o que foi aprovado no Congresso Nacional, que estabelece uma flexibilização de quem dirige esses números?

Queria saber, porque é uma preocupação, sim, de todos nós, e preocupação de quem também recebe aposentadorias. Ou seja, como está a saúde da previdência de São Bernardo, dos funcionários públicos. É um pouco disso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ary de Oliveira) – Com a palavra o Vereador Antonio Carlos.

O SR. ANTONIO CARLOS – Quero aqui saudar o Vereador e Presidente, Vereador Ary de Oliveira, quero saudar o Secretário Gavinelli, toda a equipe da Secretaria de Finanças, por quem eu sempre tive uma grande admiração pelo trabalho, pela competência que têm tido com o Município de São Bernardo do Campo na questão das finanças. Parabéns, Gavinelli, pelo trabalho.

Quero fazer uma pergunta aqui, mas muitas vezes as perguntas acabam ficando um pouco repetitivas. Quero saudar também todas as pessoas que estão aqui presentes, estou vendo que tem diversas lideranças, também de todos os bairros de nossa cidade, e os Vereadores aqui presentes, colegas, amigos, que hoje estão bem participativos com os companheiros.

Mas a gente tem algumas preocupações, por exemplo, relacionadas à saúde de São Bernardo. Sabemos que apesar de 15% ser a meta de investimento na saúde, São Bernardo deu um avanço para 22% na questão dos investimentos na área da saúde. Nesses investimentos de 22% já está previsto, e aí acaba ficando um pouquinho repetitivo, porque o Vereador Tião Mateus também fez essa pergunta, mas como já tinha formulado, esses 22% já estão fazendo a previsão de despesas para um novo hospital de urgência e emergência?

A questão, por exemplo, das creches, que tinha uma previsão de construir um determinado número de creches de 2017 até agora, se também já tem previsão para fazer investimentos em creches, em construção de creches, na melhoria da qualidade da educação, nessa parte?

Bem como também, é uma grande preocupação que gente tem na questão da saúde, bairros que cresceram muito em São Bernardo, como a Vila São Pedro, que tem UBS, mas também já tem a UPA, se tem alguma previsão de investimento para novas UBS, por exemplo, na Vila São Pedro.

Na região do Grande Alvarenga, que é uma região que tem mais de 150 mil moradores, e a gente necessita de construção de mais UBS na região



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

dos Químicos, Novo Horizonte, uma região que já fica um pouco afastada do centro.

Se também dentro desses 22% já conta também com a previsão de UBS, ou a construção de uma UPA, na região do pós-balsa, uma região que fica muito isolada de São Bernardo, e a população fica muito isolada, uma população muito carente também, muitas vezes necessita de saúde e tem de vir nos finais de semana, e mesmo à noite, ser socorrido, quando a balsa não quebra, que a pessoa morre antes de ser socorrida.

Então, precisaria também que a gente tivesse um olhar um pouco mais humano para aquela região do pós-balsa. Esses investimentos, 22%, que já está previsto, ele deve estar prevendo essas questões do aumento nesse sentido.

A outra pergunta é a mesma pergunta do Tião, mas vou querer reformular ela, porque nós atravessamos agora a questão da reforma da previdência, e ela veio, na realidade, afetar muitos trabalhadores que já tinham seu direito garantido, e agora adquirido, e agora com a questão da evolução humana que a gente diz, o aumento da idade, graças a Deus o povo está vivendo mais, e é preciso realmente fazer uma reformulação, mas eu quero sentir aqui em São Bernardo, com a PEC Paralela que vai ser aprovada agora nos estados e municípios, essa previsão, o quanto vai trazer algum impacto para nós de São Bernardo na questão da folha de pagamento, o impacto e o prejuízo para o funcionalismo, que conta já com a questão da sua previdência, e muitas vezes a gente também não sabe como vai ficar. Se existe já um estudo da secretaria de Finanças em relação a essa reforma, que acho que é muito importante. Está aqui o presidente do sindicato, estão diversos membros da direção, e eles têm também essa mesma preocupação de estar sabendo para passar para os demais funcionários, ou todos nós que estamos aqui presentes, para cada funcionário, para se sentir um pouco mais estável na questão da sua função.

Eu também tinha dado uma olhada aqui, eu não consegui ver, porque quando você pega uma peça muito técnica como esta, você tem de estudar, e a gente tem de ficar meses debruçado em cima para a gente se aprofundar no conhecimento da peça orçamentária, mas, por exemplo, previsão do reajuste de IPTU, que eu acabei não vendo aqui, então seria importante se a gente pudesse falar um pouquinho.

E a previsão dos salários dos funcionários, que eu acabei não vendo os valores percentuais do aumento do salário já designado para o ano que vem.

Uma outra coisa que a gente conversou, e eu vi aqui, a questão de o Brasil estar inserido nesse acordo que vai ser feito com diversos países que querem comprar do Brasil, acho que é importante isso, só não pode comprar muita carne, senão falta no mercado interno, e eu estava vendo aqui que precisa a gente alavancar a questão de uma política que vise trazer mais empresas para o nosso município.

Eu sei que há um empenho, na realidade, muito grande para isso, até porque todos os Prefeitos do Brasil inteiro o que mais almejam e sonham e desejam é implantar dentro dos seus municípios diversas empresas, para que venham trazer e aumentar um pouco mais a peça orçamentária de cada município.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Mas nós perdemos no decorrer de alguns anos algumas empresas que eram fundamentais para a questão da nossa peça orçamentária, dentre elas a Mangels Laminados, que tinha um faturamento muito grande, deixou de ter por conta disso, não sei se faltou envolvimento ou não do Governo do Estado, do Governo Federal ou do próprio Município, a Motores Perkins, que tinha um faturamento muito grande, com o decorrer do tempo foi embora, e agora, por último, nós estamos perdendo um emprego muito grande, uma quantidade de empregos muito grande, diretos e indiretos, Vereador Ary, porque a Ford além dos funcionários tinha os fornecedores, e os comerciantes que tinham no entorno da Ford, que também acho que foi um grande prejuízo que nós tivemos para a nossa cidade, e isso aí, o reflexo vai dar negativo ano que vem, como deu no passado com as demais empresas que nós acabamos de falar agora. Então, é baseado, praticamente, em cima disso.

Eu também, Secretário, fiquem em dúvida numa coisa. Gostaria também que V. Exa. pudesse passar para a gente, que no orçamento de 2016 para 2017 lá tinha recursos destinados para que a gente pudesse fazer o reparo ambiental nas áreas de mananciais, especialmente ali no Jardim das Oliveiras, onde tinha um grande descarte de lixo e foi construído um loteamento, e tem ainda um processo de remoção daquele povo, que foi feito ali um acordo, um TAC com o Ministério Público, com o juiz da 7ª Vara, com a Administração Pública, para que a gente pudesse fazer a recuperação ambiental daquela área, recompor, retirar os gases que existem embaixo da terra, mas já estava previsto para 2017 guia, sarjeta, asfalto, a recomposição dos esgotos, que teria de fazer todo o sistema de drenagem também, e também a recuperação, que é a remoção do lixo e a remoção do gás.

Estava previsto para 2017, aí em 2018 e 2019 não apareceu mais na peça orçamentária, e agora estou vendo que em 2019 para 2020 também foi retirado da peça orçamentária. Seria bom que a gente pudesse falar um pouquinho, até por conta de que a população fica cada vez mais aflita na questão da recuperação daquela área, porque tem mais de três mil pessoas que moram naquele bairro, e eles ficam constantemente em estado de alerta e ficam intranquilos na questão de entrar os melhoramentos.

Uma vez que foi feito esse TAC, já está lá para a Prefeitura cumprir, e já é um acordo que a Prefeitura tem de cumprir, e a gente está muito ansioso por essa questão desses investimentos que a Prefeitura possa fazer nessas áreas.

Vejo também que as áreas, ela começou a fazer um grande investimento, e aí é muito positivo para o nosso Município, que é a questão dos coletores tronco, do tratamento de esgoto. Isso é positivo até demais para a nossa represa, é positivo para a nossa população, é muito positivo para a saúde do povo de São Bernardo, que muitas vezes toma água contaminada.

Antigamente você ia de casa em casa e todo mundo tomava água na torneira, e agora você tem de ter um corote de água em cima lá, que vem a gente não sabe de onde, tem empresas que são sérias que vendem água mineral, mas outras não.

Então, é importante que a gente possa fazer essa recuperação ambiental na nossa cidade, e isso foi já iniciado, e tenho certeza que para o ano que vem ela deve ser finalizada, e com isso vai trazer também um saldo positivo muito grande, que é o investimento, por exemplo, não só na recuperação ambiental, mas também na questão da legalização, a legalização



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

do loteamento, a legalização, e dar um pouco mais de tranquilidade jurídica a cada morador que almeja e deseja ter sua escritura nas áreas de mananciais.

Então, com o investimento que está sendo feito através do coletor tronco certamente nós também vamos ter um grande ganho em São Bernardo com a questão do aumento até de arrecadação nas áreas de mananciais por conta de que muitos loteamentos agora vão passar a ser regulares e regularizados, e a população vai ter um pouco mais de tranquilidade jurídica nos bens que tem.

Então, quero aqui parabenizar mais uma vez a cada um de vocês, a gente tem essa preocupação, e queremos dividir juntos, queremos caminhar juntos, queremos estar caminhando e tirando propostas junto para que a cidade nossa seja cada vez melhor. Um forte abraço a cada um de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Ary de Oliveira) – Com a palavra o Vereador Eliezer Mendes.

O SR. ELIEZER MENDES – Bom dia, Presidente. Quero cumprimentar o senhor, e em seu nome cumprimentar toda a Mesa. Em nome do Secretário Luiz Gavinelli quero cumprimentar todos os secretários aqui presentes também. Quero cumprimentar os munícipes, os trabalhadores desta Casa.

Quero dizer, Secretário, que mais uma vez o senhor e toda a sua equipe estão de parabéns. Uma peça muito esclarecida, tendo em vista que mesmo chegando, não dá para se esconder, no próximo ano sendo uma no eleitoral, mas o Governo continua com total responsabilidade, não vendendo sonho, vendendo realidade, e com realidade, com realizações, mudando a vida da nossa gente.

Isso é muito importante. A sociedade está mudando, vereador Martins Martins, a cidade está avançando. Nós temos hoje praticamente uma nova São Bernardo, uma nova São Bernardo tendo em vista anos atrás, quando só se encontravam buracos na cidade, interdições, viadutos pela metade. E hoje nós andando, caminhando pela cidade, nós vemos uma cidade que está funcionando, e uma cidade que está avançando cada vez mais.

Como nós dizemos, o Vereador Toninho da Lanchonete estava resgatando, falando sobre as empresas que foram embora, mas nós observamos que se você for olhar e estudar, os oito anos antes do Governo Orlando Morando, foram os oito anos que mais saíram empresas da nossa cidade. E não teve, pelo menos eu desconheço, um programa de incentivo para que essas empresas continuassem aqui.

Hoje nós temos o IPTU, a isenção, a redução do IPTU para as empresas que contratarem, e isso é inovação, é Governo Orlando Morando, buscando a permanência dos empregos na nossa cidade. Isso é responsabilidade na administração pública.

Nós observamos, hoje nós temos para entregar para entregar um hospital de urgência, um hospital, como eu costumo dizer, do tamanho da nossa cidade, um hospital que vai marcar a nossa cidade.

Nós temos, muito importante, o Orlando Morando entregando esse hospital, que vai mudar a nossa cidade, a saúde da nossa cidade.

Para o Secretário de Saúde a minha pergunta é, foi feita uma indagação com relação às UBS em tal bairro, em outro bairro, mas observamos que uma forma também inovadora, que hoje as UBS estão indo até às 22h. Acho que isso é um marco histórico na cidade, e a minha pergunta é, estamos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

conseguindo avançar, a população está entendendo, a população está comparecendo na UBS? Essa é uma das minhas perguntas.

Eu tenho a sensação e o feedback da região do Grande Alvarenga, que é a minha área, Sr. Presidente. Nós vemos que tem sido um marco histórico, principalmente a população que trabalha durante o dia, que trabalha até cinco horas, seis horas da noite, hoje eles têm a oportunidade de marcar a sua consulta às 20h, às 21h. Isso é um marco histórico para a nossa cidade.

Eu acredito que esse programa tem avançado em toda a cidade e tem trazido um bem enorme para a população.

Na área da educação, Secretária, eu vejo os avanços e o esforço enorme para construir parcerias para que atendam as nossas crianças que estavam fora das creches. Eu acredito que a parceria com outras ONGs, com outras instituições, é a forma mais rápida para suprir essa necessidade. Eu gostaria que a senhora explicasse melhor tudo isso, porque acredito que poderíamos ficar assim, vamos ver qual terreno tem, qual terreno, vamos buscar o terreno, construir um prédio.

Mas, não, a Secretaria avançou construindo parcerias para atender o mais rápido possível, porque a mãe, a criança, ela não pode esperar, ela tem essa dificuldade e tem de ser resolvida hoje.

Eu quero também dizer, Secretário, nós temos uma comissão aqui que acompanha as negociações, as tratativas da Ford, e hoje parece que travou com relação ao financiamento do BNDES.

Se o senhor tem acompanhado isso, se tem avançado, se não tem avançado. Eu acredito que o Governo do Estado fez um esforço enorme, o Prefeito Orlando Morando também em busca. E temos que avançar, abrir caminhos, buscar fonte no BNDES, no Governo Federal para que essa compra, Vereador Tião Mateus, se torne uma realidade para que esses empregos, pelo menos parte possa se tornar realidade em nossa cidade.

Dessa forma, agradeço a presença de todos. Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ary de Oliveira) – Com a palavra o Vereador Samuel Alves.

O SR. SAMUEL ALVES – Bom dia, Presidente Ary de Oliveira, membros da Mesa, em especial nosso Secretário de Finanças Gavinelli, nobres Vereadores, Vereadora, secretários, em nome da Julia Benicio, população, imprensa e moradores.

Venho usar esta tribuna, primeiro para agradecer ao nosso Prefeito, nossos secretários. Há dez, quinze dias venho acompanhando alguns noticiários, onde diz muito os municípios, arrecadação caindo em diversos municípios. Se pegarmos quando assumimos em janeiro de 2017, arrecadação que pegamos anteriormente já vamos poder fazer um posicionamento do que era a realidade financeira que pegamos.

Parablenzo em que sentido, me recordo, essa é minha primeira legislatura, em janeiro de 2017 assumimos aqui com mais ou menos trinta obras inacabadas, paradas, não obras em andamento, onde faço questão de olhar nos olhos de cada um dos nossos secretários e parabenizar, que com muito pouco fizemos muito mais. E continuamos fazendo.

Ouvi a fala do nobre Vereador Eliezer, que citou um ponto muito importante, quando se fala em saúde de nossa cidade. A saúde, me recordo também, aquele hospital, o qual parabenizo nosso Secretário da Saúde, aquela



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

obra que será entregue no ano que vem, que vai trazer mais saúde, não só ali, pelo tempo estendido também pelas UBSs, um grande avanço na saúde.

Falar de educação, nosso secretário está ali, podemos citar muito bem como eram as escolas de nossa cidade, e com um programa inovador "Educar Mais".

Não somente isso, me recordo que em meados de 2015, 2016 em minhas andanças para concorrer ao pleito aqui de nossa cidade, uma das questões básicas em meu ponto de vista, em meu entendimento, que eram muito citados, uniforme e material escolar. Onde hoje tenho a honra de parabenizar a secretária, acima de tudo nosso Prefeito, no primeiro dia de aula ser entregue esse material escolar, com um detalhe, hoje as crianças vão para casa com cardápio. O pai e mãe sabem o que os filhos vão comer.

Entramos na parte de segurança, os nossos GCMs tinham viaturas, do meu ponto de vista acho que tinham que empurrar para correr atrás de bandido, sucateadas. Todos sabemos disso, os políticos mais antigos da Casa sabem muito bem. Hoje temos cinquenta novas viaturas, colete à prova de bala. Então, a segurança de nossa cidade, melhor salário para nossos GCMs. Da parte de segurança a evolução que teve.

Segurança que se andarmos ao lado da Casa já podemos colocar. Só olhar a obra do DRENAR, uma obra importante que finalizamos. Entregamos, onde faltou mérito, competência, capacidade, respeito ao dinheiro público para entrega.

Se citar as obras que entregamos em três anos ficarei 3 horas. Então, vim usar esta tribuna para parabenizar os nossos secretários, Prefeito, essa equipe que com menos faz muito. Muitas perguntas citadas, até gostaria de responder algumas, mas cabe aos secretários, mas quis fazer um checklist para a população entender o que foi feito aqui em nossa cidade.

Deixo aqui um abraço, um beijo especial no coração de vocês que estão aí aclamando, gritando aqui, para entenderem um pouco do que foi feito em nossa cidade.

Obrigado ao Presidente e a todos. Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Ary de Oliveira) – Com a palavra o Vereador Jorge Araújo. (Pausa) Vereador, só um segundo. Gostaria de avisar ao pessoal do público, por favor, silêncio, cidadão, faça sua pergunta por escrito.

- Manifestação nas galerias.

O SR. PRESIDENTE (Ary de Oliveira) – A audiência é pública, mas educação cabe em todo lugar. Se alguém da população tiver interesse em fazer alguma pergunta se dirija agora e faça por escrito, que daqui a pouco receberemos e serão respondidas também.

Com a palavra o Vereador Jorge Araújo.

O SR. JORGE ARAÚJO – Bom dia, Sr. Presidente Ary de Oliveira, bom dia ao Secretário Gavinelli, em seu nome cumprimento toda a Secretaria de Finanças da cidade, cumprimento os funcionários da Casa, que sempre de pronto atendimento tem feito o seu melhor trabalho para atender os munícipes e também cada um das autoridades de nossa cidade, cumprimento meus amigos Vereadores, Vereadora Ana Nice, cumprimento os secretários em nome do Gavinelli.

Primeiramente, Gavinelli, gostaria de salientar, vamos precisar aprovar a LOA e houve uma divergência de informação no que você passou no percentual com o que está apresentado na LOA. Acho que é importante você



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

anotar para ver se o que você apresentou está incoerente, ou o que está na LOA. Se pegar o anexo 3, o percentual foi feito em cima do montante, que é R\$5,153 bilhões. E o que vocês nos apresentou foi feito em cima do montante das despesas de R\$4 bilhões, que aí dá um percentual a mais. Só dá uma olhadinha no anexo 3. Essa é uma observação, porque a Comissão Mista precisa aprovar o projeto da maneira conforme, mas a redação precisa estar correta.

Outra questão, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, PPA e também a LOA, ela é feita justamente para que pudéssemos acompanhar a responsabilidade fiscal e executiva de cada um dos prefeitos, governadores e presidente da república.

Acho que é importante salientar e quero até perguntar isso, Gavinelli, que você pudesse nos explicar. Em 2017, quando entrei nesta Câmara, graças a Deus o eleitorado, a representatividade do povo, pegamos aproximadamente R\$200 milhões de restos a pagar. Gostaria de saber como está a saúde financeira do município. Tivemos que parcelar 3 meses de energia elétrica senão iam cortar a energia das nossas escolas, hospitais, até mesmo da Câmara Municipal. Mas parcelamos, eram 3 meses, R\$11 milhões de dívida que foi parcelada em 2017.

Estamos honrando esses pagamentos? Estão sendo honrados os pagamentos da nossa cidade com fornecedores?

- Manifestação nas galerias.

O SR. PRESIDENTE (Ary de Oliveira) – Respeite, inclusive faz bagunça em todas as sessões, como representante de uma entidade deveria ter respeito, educação e ouvir o Vereador.

O SR. JORGE ARAÚJO – Para dar continuidade, Sr. Presidente, quero só finalizar essa pergunta. Quero saber como está a saúde financeira do município, porque na LOA não vem o déficit. Se estamos deficitários, se vamos fechar o ano com superávit, como está a saúde financeira do município.

Gostaria de colocar uma sugestão aqui, sei que isso não é obrigação da prefeitura, nem do Estado, nem da União, mas seria importantíssimo que tivéssemos um comparativo anual dos nossos investimentos na cidade. Quanto foi investido no ano passado nisso, naquilo, como sugestão, um comparativo de investimentos. Aqui está planilhado e pudéssemos ter de maneira mais fácil para fazer esse comparativo. Acho que para o Legislativo ajudaria muito, como esse anexo 3 vem todos os investimentos. Se tivesse um comparativo com o ano de 2017, 2018, três ou quatro anos. É uma sugestão.

Obrigado, Gavinelli, parabéns pela apresentação, parabéns por tudo aquilo que tem sido feito em nossa cidade, temos visto fazer mais com menos, que é uma prerrogativa que vemos muito na indústria e mesmo no mundo corporativo. Mas é algo que tem que ser trazido também para o Poder Público, precisamos ter essa consciência de ter uma responsabilidade com o gasto público e temos visto que o nosso Prefeito tem tido essa consciência "Fazer mais com menos". Tanto é que vemos a cidade andando, tanta coisa que estava parada e agora foi dado andamento e entregue.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ary de Oliveira) – Indago se mais algum Sr. Vereador deseja fazer uso da palavra. (Pausa) Não havendo, indago se ainda existe alguma dúvida com algum Vereador e queira fazer mais algum questionamento. (Pausa) Vereadora Ana Nice.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

A SRA. ANA NICE LULA – Obrigada, Presidente.

Faltaram algumas observações em relação à educação, gostaria de me dirigir à Secretária de Educação. Em relação à educação de jovens e adultos, recentemente tivemos algumas denúncias, inclusive de manifestações de estudantes devido o fechamento de algumas salas aqui em nosso município. Sabemos que infelizmente nem todo mundo tem oportunidade de estudar na época certa, porque às vezes têm seus direitos violados. E aí a Constituição garante que todos possam ter acesso à educação, mesmo fora do período que seria o ideal. E essas denúncias que recebemos de fechamento de salas de aula do EJA aqui em nosso município. Então, gostaria de saber como está no orçamento a previsão da abertura, da manutenção das salas de aula de jovens e adultos aqui em nosso município. Assim como educação profissional, como está previsto dentro do orçamento os cursos profissionalizantes aqui em nosso município.

Gostaria de endossar a fala do Tião e Antonio Carlos referente à preocupação da PEC da previdência aqui em nosso município, que é uma preocupação dos trabalhadores, servidores públicos, que em meu ponto de vista foi um atraso muito grande a reforma da previdência.

Em relação à saúde gostaria de destacar a falta de médicos nas UPAs, UBSs. Recentemente recebemos também uma denúncia da falta de médico na UPA do Fátima, da região do Batistini. Pessoa foi lá com problema, com trauma, teve como fazer o raio X, mas não tinha médico para poder avaliar. Então, teve que se deslocar para outro equipamento para fazer essa avaliação. Assim como denúncia de também falta de médico e grande espera na UPA do Alves Dias. A relação da contratação do Mais Médicos com uma grande bandeira do Prefeito atual, inclusive foi eleito prometendo a contratação de mais 300 médicos. Aí é para o Dr. Geraldo, Secretário de Saúde, em relação à falta de médicos nos equipamentos públicos.

Muito obrigada.

O SR. ANTONIO CARLOS – Sr. Presidente, só para fazer uma complementação numa pergunta...

Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ary de Oliveira) – Vereador Antonio Carlos, faça sua indagação com brevidade.

O SR. ANTONIO CARLOS – Na realidade, Sr. Presidente, tinha marcado aqui no rodapé para fazer uma pergunta ao secretário e acabei esquecendo. Ainda bem que o Vereador Samuel me lembrou, muito bem da questão das obras, porque você pega uma obra como a Lions, ela demorou três Administrações para terminar, mas está lá, foi uma obra muito bem feita por São Bernardo e atende a todas as cidades.

O Corredor Leste-Oeste também a mesma, é um corredor que está em estado de término agora, os viadutos, tudo mais, a obra está indo na segunda gestão, só que não falamos, me esqueci de perguntar ao secretário se tem previsão, por exemplo, na Estrada dos Alvarengas. Foi feito ali o orçamento para duas etapas. Uma da área verde até a Rodovia dos Imigrantes, que já está em fase de conclusão, está faltando só um pequeno trecho do São Jorge até a Rodovia dos Imigrantes, duplicar aquele pedaço, que vai trazer transtorno.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

E também o asfaltamento da Rodovia dos Imigrantes até Diadema, como a Estrada Parque, recomposição daquelas áreas que foram degradadas e isso já estava previsto para começar há algum tempo. Gostaria de saber com V. Exa. se já está previsto isso aí também para 2020, para dar segmento a esta obra.

Muito obrigado e agradeço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Ary de Oliveira) – Com a palavra o Vereador Samuel.

O SR. SAMUEL ALVES – Presidente, obrigado por me ceder uso da palavra.

Tenho uma pergunta, o Vereador Antonio Carlos me lembrou bem, que preciso saber de uma escola que estudei em minha infância, Escola Salvador Gori. Quero entender, aí envolve a Secretaria de Educação, gostaria de saber, à época um sonho da nossa região, a cobertura da escola Salvador Gori. Me recordo que em 2011 ou 2012, não sei ao certo, foi escolhida a Escola Salvador Gori para fazer cobertura. Ela e mais 29. Fizeram 27 e deixou Salvador Gori para trás. A secretária está aqui, o Vereador Antonio Carlos era Secretário da pasta de obras à época, queria saber, lá na escola à época, frequentava, tinham materiais para fazer essa cobertura. Se tem previsão, se vai se fazer essa cobertura da escola.

O SR. PRESIDENTE (Ary de Oliveira) – Da escola ou da quadra?

O SR. SAMUEL ALVES – Da quadra da Escola Salvador Gori. Gostaria de saber, que à época me lembro que foi investimento para lá.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ary de Oliveira) – Havendo algumas perguntas encaminhadas pelos munícipes, vamos passar também, para que os secretários já respondam tudo de uma vez só.

Pergunta da Dona Elaine C. Batista, da Entidade “Unidos Pelo Amor”: Existe previsão na lei para construção de um CAPS infantil? Se não estiver, pedimos que seja incluído, pois o CAPS infantil existente é insuficiente para a demanda. Essa é uma pergunta.

Segunda: Qual o valor previsto na Lei Orçamentária 2020 destinado à educação inclusiva? Há previsão para abertura de concurso para auxiliar de educação, capacitação para professores?

Outra pergunta vem de Dinailton Souza Serqueira, do Sindiserv. Qual a previsão para pagamento em dia da progressão dos professores? Qual a projeção para reposição inflacionária do salário e aumento real para os servidores? Qual a previsão para reparação das perdas acumuladas desde 2017?

Outra pergunta, da mesma pessoa, qual a projeção para reparação dos valores do auxílio alimentação e transporte?

São essas perguntas apenas. Passamos agora para os técnicos do Executivo para o Secretário, para que possa responder.

O SR. JOSÉ LUIS GAVINELLI – Só para a gente se programar, foram citadas aqui algumas secretarias, eu vou fazer algumas respostas de ordem geral, mas foi citada a Secretaria de Educação, professora Silvia, também o Secretário de Saúde, Dr. Geraldo Repple, também foi citada alguma coisa na área de ambiente, então vou chamar o Secretário Pagliuca. Tem uma



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

questão desse Caps infantil, que é na área de Assistência Social, que é o Carlinhos, e vou consultar, mas é também do Geraldo.

Só lembrando que nessa questão do Caps, não sei o que o Geraldo vai explicar ou não, mas o objetivo daquele programa que nós fizemos, solicitando à população o estabelecimento de prioridades, foi exatamente para isso, para que a população participasse, que estabelecesse prioridades no momento da elaboração do orçamento. Não sei se está previsto ou não, mas é nesse momento, lá atrás, que a gente pede ou não para incluir algum projeto no orçamento da Prefeitura.

Também foi citado aqui algumas questões na área de RH, e vou pedir para o Secretário Pedro Pinheiro fazer algumas considerações.

Iniciando, eu vou fazer uma fala de modo geral. No caso da Vereadora Ana Nice, que ela comentou sobre alguns contingenciamentos de despesa. Na verdade, eu passei para vocês uma situação aqui, primeiro de queda de arrecadação, então o Município continua com uma queda de arrecadação absurda no ICMS, lembrando que o ICMS é base para cálculo dos gastos com educação e saúde.

Então, automaticamente quando você tem uma retração na receita, automaticamente você tem uma retração em todas as despesas nele programadas.

Esta gestão tem como marca a realização, isso é prova da situação financeira que se atravessa, de estar realizando muito mais com muito menos. Então, o fato de você ter qualquer redução num orçamento não significa que vai ser feito um serviço menor à população, haja vista que a nossa arrecadação é inferior a anos anteriores e, com certeza, nós estamos realizando muito mais do que foi realizado nos últimos anos.

Então, temos, sim, algumas contenções de despesas, mas isso vai se reverter através de um melhor gasto do dinheiro público.

Isso pode ter ocorrido, sim, mas temos, por exemplo, na área de habitação, vários projetos junto ao Governo Federal com recursos destinados à habitação. Então, numa eventual insuficiência de recursos próprios, vai ser compensado com recursos advindos de transferências tanto do Estado como do Governo Federal.

A questão que o Vereador Tião Mateus colocou, é sempre uma preocupação, de repente o país não exportar mais veículos para a Argentina. Lembrando que na questão do ICMS especificamente, são isentas de ICMS todas as exportações do Município. Mas isso gera um impacto em toda a cadeia produtiva, sim. É sempre uma preocupação, mas a gente tem esperança de que isso vai ser revertido, se não através do mercado com a Argentina, com outros mercados da América Latina, e com o próprio mercado chinês, que está chegando.

Com relação à arrecadação de IPTU, vou passar para vocês, o nosso Refis, que foi feito, o primeiro Refiz que nós fizemos, em 2017, nós arrecadamos algo por volta de R\$100 milhões. Isso foi a arrecadação que a gente teve no exercício passado. Chegou agora para mim que a arrecadação do PRP deste ano, até o dia 22 de novembro, nós firmamos R\$20 milhões de acordo, e desses R\$20 milhões, R\$13 milhões já entrou no caixa. Então, temos a expectativa de R\$30 milhões, ainda faltam aproximadamente 30 dias para o término do programa, que vai até dezembro, e a gente agora está entrando



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

com um pouco mais de divulgação do programa, a gente acredita que devemos superar os R\$30 milhões de arrecadação.

Com relação ao HU, recursos programados estão sim, mas tenho certeza que o secretário de saúde vai dar maiores detalhes sobre o que está programado no orçamento 2020 com relação ao Hospital de Urgência, mas tenho certeza que tem transferências previstas de outras esferas de governo para esse hospital.

Com relação a salários eu vou falar de forma muito superficial, depois o Secretário Pedro Pinheiro acaba dando um detalhamento. Mas tem previsto, sim, 7,7% de crescimento na folha, lembrando que esse crescimento não é somente decorrente de reajuste, ou concessão de aumento, também é decorrente de crescimento vegetativo, de concursos novos.

Existe uma previsão de 7,7%, e isso está totalmente atrelado ao comportamento da arrecadação, então isso depende, sim, de crescimento de arrecadação, porque aí não tem como, o Município, com passei para vocês, ele vem repetindo arrecadações de 2016, então se isso se repetir para 2020 não tem como o município estar elevando despesas se ele não tem arrecadação para pagar essas despesas. Seria uma irresponsabilidade do Prefeito, como ocorreu, que eu vou passar para vocês, de estar aumentando a despesa superior à sua arrecadação, o que geraria déficits financeiros, e ano que vem, vocês sabem, é o último ano e você tem de obrigatoriamente fechar com equilíbrio fiscal.

Com relação às desapropriações, que também foi colocado pelo Vereador Tião, o Município de São Bernardo é um dos poucos municípios no país que está com a questão dos precatórios totalmente em dia. Não existe atraso nenhum com relação aos precatórios. Isso é programado na peça orçamentária, feita uma programação junto com a Procuradoria Geral do Município, e o Município está honrando com todos esses compromissos. Não existe qualquer tendência com relação a precatórios.

Com relação à previdência, a expectativa de todos os entes era que a reforma passasse com a inclusão de municípios e estados, isso acabou sendo retirado da emenda que foi aprovada pelo Governo Federal, mas tem uma PEC Paralela que está andando, mas independente disso, o entendimento, pelo menos no primeiro momento, é que o Município não pode conceder benefícios diferentes daqueles que estão na Constituição Federal.

A PEC, a reforma da previdência, também passei para vocês, é fundamental, não só para São Bernardo como para qualquer município, para qualquer estado. Vocês viram lá que um gasto de R\$180 milhões, nós estamos chegando a quase R\$600 milhões, e isso é insuportável para qualquer ente.

Então, é sim o fato de ter alongado a questão da vida das pessoas, é a questão de que houve, sim, um aumento absurdo nas concessões de benefícios, mas isso é uma realidade, e não tem como o Município não avançar nessa questão.

Está se estudando a questão de momento, se vai se aguardar ou não, mas é uma questão que está sendo discutida e com certeza o Município, como já fez o Governo do Estado, deverá estar seguindo a Constituição Federal. Esse é o princípio, no caso da Administração.

Com relação ao Vereador Toninho, reajuste do IPTU. Eu não sei se veio para mim, na verdade o Município não concedeu qualquer aumento de impostos. Ele tem feito simplesmente a atualização monetária do IPTU. O IPTU



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

é ajustado, na verdade, atualizado, pelo IPCA 15, e a previsão de reajuste é de 2,67%, simplesmente atualização monetária do período de dezembro de 2018 a novembro de 2019. Não tem qualquer tipo de aumento no IPTU.

A questão da Ford é um assunto que o Prefeito, junto com o Governador, tem acompanhado, e em que pese essa questão do BNDES, isso continua na pauta, tanto do Prefeito como do Governador, e confesso a vocês que não tenho maiores detalhes de toda essa negociação, até porque ela tramita em sigilo para que não se atrapalhe nenhum tipo de negociação. Mas continua na pauta do Governador e também do nosso Prefeito.

A questão que o Vereador Jorge Araújo colocou, aquele anexo representa o orçamento do Município, o empenho da despesa do Município, que é da ordem de R\$4,695 bilhões. Isso é o total por secretaria, o que cada secretaria vai destinando e gastando. Só que além desse valor de R\$4,695 bilhões, o Município faz uma transferência financeira aos entes, e no caso, detalhando para vocês, são R\$457 milhões de transferências, sendo que R\$340 milhões é para a previdência, R\$80 milhões é o duodécimo da Câmara, Fundação Criança, que são subvenções, R\$12,5 milhões, ETC R\$11,3 milhões, Agência Reguladora R\$1 milhão, Imasf R\$13 milhões, totalizando R\$457,8 milhões, e aí totaliza aquele outro anexo. Não sei se ficou claro, mas tecnicamente nós explicamos aqui.

Com relação à outra colocação que foi feita pelo Vereador Jorge Araújo, uma das coisas que o nosso Prefeito sempre preservou foi a questão da transparência em todas as suas ações.

Nós assumimos, logo no primeiro dia de governo nós divulgamos a toda a imprensa e a toda a população a situação que nós herdamos no Município. Nós herdamos o Município com aproximadamente R\$6 milhões no caixa e R\$200 milhões de faturas pendentes de pagamento.

Quando falo faturas pendentes, são faturas de medicamentos, faturas de merenda escolar, contas de energia elétrica, despesas desde setembro que não eram pagas pela gestão anterior. Nós assumimos, de cara, com R\$6 milhões no caixa e R\$200 milhões de pagamento. É praticamente um mês a menos de arrecadação em 2017.

Fizemos, sim, contenção de despesas, estabelecemos várias prioridades, redução, praticamente extinguimos os carros da frota, telefones celulares, chamamos todas as empresas e discutimos descontos com um comitê composto somente por pessoal de carreira. Ou seja, em virtude de todas essas ações nós conseguimos equacionar as finanças e hoje o Município, e isso tem sido, não somos nós que estamos dizendo, se você acompanhar na mídia, é um dos municípios que mais investiu neste ano de 2018 e é um dos melhores em termos de gestão fiscal. Então, hoje nós estamos com as contas em dia.

Infelizmente, a gente depende do ICMS, e nós fomos surpreendidos agora por notícias do próprio Governo do Estado com uma queda de ICMS da ordem de R\$20 milhões para esses dois meses. Então, isso acaba impactando no caixa do Município. O Município vem administrando o seu caixa no dia a dia, e uma arrecadação a menor de R\$20 milhões acaba impactando, o que faz com que a gente tenha um caixa muito justo para que a gente possa tentar fechar o exercício com equilíbrio fiscal.

Hoje o Município pode afirmar que não tem qualquer dívida com qualquer fornecedor do Município.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Eu acho que essas seriam as colocações que a Finanças poderia fazer, qualquer coisa depois eu complemento, mas agora vou chamar os secretários para que cada um deles possa se manifestar em relação a cada Vereador que fez alguma pergunta. Se a professora Silvia pudesse vir.

A SRA. SILVIA DONNINI – Bom dia, senhoras e senhores. Gostaria de cumprimentar o nosso Presidente desta sessão, Vereador Ary de Oliveira, em seu nome, Vereador, cumprimentar todos os nobres Vereadores aqui presentes. Cumprimentar o Secretário Gavinelli, em seu nome, Secretário, todos os secretários e o Executivo aqui presentes. Cumprimentar a Secretária Julia Benício e a Vereador Ana Nice, que são as mulheres que representam esta plenária.

Gostaria, foram várias colocações, eu organizei da seguinte forma, se não for suficiente vocês me sinalizam. Vereadora Ana Nice e a mãe da Futuro Amor, fazem uma questão sobre a questão da inclusão com concurso para auxiliares. Essa questão o Gavinelli acabou de responder, acho que se não foi suficiente a gente retoma, mas ele já mencionou a questão dos concursos previstos dentro dos 7,5% de acréscimo da folha e assim por diante. Então, é uma resposta afirmativa para essa colocação.

A Vereadora Ana Nice também, o Gavinelli acabou respondendo a sua pergunta sobre a diferença de valores da educação daqueles R\$50 milhões, ele respondeu agora, e o que tenho a dizer sobre isso é, talvez a gente possa olhar, a LOA de 2020 tem mais relação com o executado de 2019 do que com o previsto de 2019.

Então, na hora que ele explicou, nós estamos cientes dessa diminuição, entre aspas, é uma diminuição dentro das peças, mas a execução de 2019 já foi menor. Acho que aí o Gavinelli responderia mais precisamente para você essa questão, porque é uma questão mais orçamentária.

Respondendo também à questão das progressões dos colegas, o Gavinelli colocou aqueles 7,5%, portanto tem aí uma previsão, sim, de pagamento de acordo com a questão da reorganização financeira. Está tudo atrelado à questão. Dentro dessa previsão para 2020 há uma previsão, sim, que conta com 7,5% de aumento no global e ela está colocada lá. A pergunta foi se está prevista na LOA? Sim, está prevista aqui na LOA.

Outro assunto importante colocado, tanto o Vereador Tião quanto o Vereador Antonio Carlos trataram aqui da questão de construções.

Quero só fazer uma colocação, antes de responder das creches, na peça está bastante detalhada as construções e as grandes reformas em andamento, que é a reforma do Aloísio, acho que vocês estão acompanhando, está colocado aqui na peça, bem como as outras reformas que estão postas aqui, do Isidoro e assim por diante. Essas são obras que foram previstas e ainda continuarão desdobradas na LOA de 2020.

Sobre as creches, Vereador Antonio Carlos, vou colocar uma situação, que é a seguinte. Estamos buscando para a construção especificamente várias linhas de crédito. Temos sim a expectativa de construir, mas frente à crise que nos assolou nós mudamos a estratégia. E a estratégia foi fortalecer os editais da abertura de parceria e reorganização da nossa rede.

Tenho aqui já para vocês, mas também já tornamos público, até porque este é um assunto que estamos tratando muito de perto com a nossa promotora da Vara da Infância, então, é um assunto que ganha publicidade e



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

transparência permanentemente, de trazer os atuais números das vagas em creches e como está a lista hoje.

Vou trazer para vocês – Elas acabaram de me enviar – Temos de 2017 até 2019 foram geradas 2.805 novas vagas oferecidas para as faixas etárias de 0 a 3 anos. Essas vagas contaram com as seguintes estratégias: 1) A inauguração daquelas obras que estavam paradas, do Riacho e Nazaré, que ampliou em 400 vagas para as crianças.

Na sequência, ampliação das filiais das nossas parceiras, isso gerou mais 172 vagas. Abrimos mais três editais, que vocês podem acompanhar também, eles são públicos e abertos, que geraram 552 novas vagas. Portanto, só neste escopo mais a reorganização da nossa rede, conseguimos na reorganização da rede mais 1.681, geramos num total 2.805 vagas.

Este número, tendo em vista o número que pegamos, em 2017, o início do déficit era de 4.541. Portanto, se fizermos uma conta simples, hoje temos 1.521 crianças de 0 a 2 anos de idade que não estão matriculadas em nossas unidades escolares. Universalizamos o 4 anos, atendimento completo. Todas as crianças de 3 anos têm atendimento. Hoje as crianças com 2 anos de idade que estão fora das nossas creches, tenho aqui em nossa lista um total de 48 crianças que estão localizadas numa região específica, para qual até março já vai matricular. O restante são crianças entre 0 e para completar, até 2 anos de idade.

Portanto, essas 1.521 crianças que estão ainda sem as vagas, nossa previsão é, até março termina o edital nº 4. Esse edital gerará mais 700 vagas aproximadamente. Este número vai ser progressivamente menor até o mês de agosto de 2020. Então, essa foi a estratégia frente ao cenário econômico de recessão que enfrentamos. É um cenário bastante positivo, porque as listas diminuíram, hoje já estamos sentindo o impacto dessa diminuição de crianças na lista de espera.

E veja, é necessário sim construir novas unidades, certamente, mas estamos dando conta com essa estratégia do atendimento das crianças que estavam por matricular nesta faixa etária.

Junto a isso, ainda, nobre Vereador Antonio Carlos, temos os mandatos de segurança, que eles também continuam acontecendo, então, a nossa expectativa é muito promissora em relação a esse trabalho grande de reorganização da nossa rede.

Hoje já está em nosso portal aberto e já informado à Promotoria, todo este cenário tem controle permanente da Vara da Infância, inclusive pelo nosso Juiz Dr. Ditommaso.

Sobre o Salvador Gori, o que tenho a dizer, é um assunto que já foi debatido anteriormente, mas as 16 unidades de cobertura de quadra que foram solicitadas pela gestão anterior e estavam no FNDE devido a uma publicação na mudança do Governo atual, no municipal, do Governo Federal, esse dinheiro voltou, eles solicitaram o estorno. E não é um dinheiro total, quando você faz adesão a um programa, como foi feito pela gestão anterior, vem 20% para que você possa começar os estudos. Esse dinheiro já retornou para o Governo Federal e já fizemos novamente a solicitação dele.

Mas a questão do Salvador Gori acho que não cabe o debate neste momento, porque é um debate maior e mais complexo, porque de fato envolve sim apurações e questões de materiais que foram à escola. Depois foram retirados. Temos tudo isso documentado e podemos apresentar quando esta



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Câmara nos chamar para uma sessão própria nós poderemos fazer essa apresentação detalhadamente, até porque é importante para o Vereador Antonio Carlos, que faz a pergunta.

Na questão da EJA, também quero esclarecer, tudo está no orçamento. Então, quando se pergunta assim: Educação inclusiva está no orçamento? EJA está no orçamento? Tudo entra. Se você observa e faz a leitura da peça, dentro do atendimento completo, não está fracionado, porque não é assim que a peça é organizada.

Agora, quanto às salas de aula que foram fechadas, foi por uma questão de menor demanda. E também porque o Estado voltou a abrir e continua abrindo salas. Vocês podem perceber agora, a diretora de ensino abriu várias salas que outrora foram fechadas, que eram salas de atendimento de 6º ao 9º ano, que estão sendo reabertas pela nova política do novo Secretário de Estado. Então, o que estamos fazendo é um planejamento conjunto com a Diretoria de Ensino. Isso posto, acho que dei conta de todas as questões colocadas. Se não dei, peço perdão e me coloco à disposição para maiores esclarecimentos.

Obrigada.

SR. JOSÉ LUIZ GAVINELLI – Obrigado, secretária.

Dando continuidade às questões colocadas, convidamos o Secretário de Saúde Dr. Geraldo Reple.

O SR. GERALDO REPLE – Bom dia a todos, cumprimentar a Mesa em nome do Presidente Vereador Ary de Oliveira, nosso Secretário Gavinelli, em nome do Eliezer cumprimento todos os Vereadores presentes, em nome da Julia e Silvia cumprimento todos os secretários, os Vereadores, meus amigos, munícipes presentes, que acho que é muito importante numa audiência pública a participação dos munícipes, diretores da saúde presentes. Vi que têm alguns membros do Conselho Municipal de Saúde, isso é muito importante, que é o nosso controle social que é muito atuante e nos apoia bastante.

Quanto às perguntas. Quanto ao Hospital de Urgência, o Tião tinha feito uma pergunta, acho que o Antonio Carlos também. Ele está previsto sim. Devemos receber essa obra ou no final deste mês, ou no início do próximo mês. A previsão é que em meados de 2020 inauguraremos o hospital.

Estamos numa parceria junto ao Governo do Estado e Governo Federal, buscando recursos para equipá-lo. Já temos bastante coisa comprada, em vias de começar a fazer as entregas. E não conseguimos pôr um hospital funcionar de uma hora para outra, vai sendo por etapas.

Está previsto também, então, é importante que todos saibam, hoje temos um orçamento do Pronto Socorro Central. Uma parte da despesa que vai para o novo hospital já está. E dentro da LOA previsão das futuras despesas do hospital.

O senhor também perguntou sobre novos serviços, novas UBSs. Sim, é muito preocupante para nós que a população seja muito bem atendida, esse é um desafio para nós. Temos consciência disso. Temos previsão de uma nova UBS na Vila São Pedro. Temos até área, já estamos praticamente fechando o projeto da UBS. Ela será lá onde tem o CEU Regina Rocco, lá no fundão, lá em cima, então, vimos que é um local que tem um área, tem um terreno, já está definida a área.

O que estamos buscando agora? Se vocês observarem, alguém questionou quanto ao orçamento da saúde. Realmente é o maior de todos.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Dentro desse orçamento hoje tem R\$200 milhões de investimentos. Se tirarmos esses R\$200 milhões ficaremos menor do que a educação. Hoje está maior porque tem essa previsão de orçamento.

O que está lá nesses investimentos? Temos o novo Hospital da Mulher. Está indo para licitação agora. Vocês se lembram daquele hospital do IMASF que estava abandonado, então, a saúde, a prefeitura adquiriu aquele imóvel e lá vamos fazer o novo Hospital da Mulher. Já está previsto dentro da LOA deste ano.

A conclusão do Hospital de Urgência. E dentro desses investimentos também há uma série de unidades.

Já aproveito e respondo a Dona Elaine, que o CAPS infantil está previsto também. Já temos até o terreno e vamos comprar, já estamos providenciando também o projeto. Concordo com a senhora, é inadequado. Hoje temos um CAPS álcool e drogas infanto juvenil junto com o CAPS infantil. Não é interessante. Isso já foi definido em nossa conferência municipal de saúde. Está em nosso Plano Plurianual a previsão da construção de um novo CAPS.

Temos obras em andamento também. O CAPS Silvina é o novo CAPS ao lado do Seleta. Acho que já deve ter uns 60% da obra concluída, em breve teremos uma nova unidade.

A UBS Vila Rosa também está passando por uma grande reformulação. Praticamente uma nova UBS está sendo construída aqui, que em breve estará pronta.

Já falei do Hospital da Mulher.

O senhor também falou daquela região, chamo de Vila União, lá para cima, que é Químicos. Tem também previsão de uma nova unidade lá.

Em nossas contas, Vereador, eu acho que investimos bastante. Não sei se todos sabem, São Bernardo é a 5ª cidade que mais investe em saúde na região sudeste, só perdemos para capitais e Campinas. Então, têm municípios hoje com população muito superior a nossa que não investe tanto quanto investimos. Então, nos preocupamos muito. O ideal em minha opinião, até estatisticamente São Bernardo precisaria ter por volta de 40 unidades básicas de saúde.

E o Vereador Eliezer tocou num ponto muito interessante. Com esse Saúde na Hora que estendemos para 22h nós vamos chegar a 24 UBSs com 22h. Equivale aproximadamente à construção de oito novas UBSs, sem termos que investir em UBSs, só uma reorganização do serviço. Em breve essas 24 UBSs estarão funcionando até às 24h.

Só um dado que é importante. Índice de falta em média em nossas UBSs, 40%. Nessas UBSs que estão funcionando até às 22h, menos de 20%. Então, interessantíssimo, às vezes a mulher trabalha, precisa levar o filho à noite, o marido, então, é muito bacana, acho que vai ser um negócio, sem grandes investimentos vamos resolver um problemão para nossa cidade.

A Vereadora Ana Nice perguntou sobre a falta de médicos. Concordo, tivemos um problema muito sério. Já contratamos mais de 500 médicos nesses três anos. Não só médicos, existe um "stay and over", quer dizer, o pessoal entra e sai. Temos tido dificuldade de fixação.

Agora, os Srs. Vereadores devem ter acompanhado, instituíamos o controle eletrônico de ponto, é um controle de reconhecimento facial. Nos últimos meses tive demissão de uns 20 médicos mais ou menos. Mas este final



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

de semana não tive nenhuma reclamação. Já estamos virando, aposto com vocês, daqui para frente não vamos mais ter problemas. Pode ser que tenhamos alguma coisa pontual, porque às vezes você tem uma escala. O sujeito vai de manhã, vira e me fala "Não vou trabalhar", aí não tem jeito. Qualquer um pode ficar doente, qualquer um pode ter problemas. Mas estamos trabalhando incessantemente para que não ocorra mais isso. Vocês já viram que neste final de semana já mudou e daqui para frente tenho certeza que vai mudar bastante.

Pós Balsa já fizemos vários estudos, vai até às 22h também. Temos uma ambulância permanentemente lá, se tem alguma coisa rapidamente o pessoal pode dar uma assistência. A ideia, qualquer coisa que ocorra vai para a UPA do Riacho Grande. Uma UPA tem que ter um contingenciamento populacional mínimo, então, não temos um contingenciamento populacional suficiente lá. Outra, dessa forma, levando a UBS até 22h, mais ambulância, qualquer coisa que ocorra rapidamente, fizemos uma conta, acho que menos de 15, 20 minutos chega à UPA do Riacho. Acho que desse jeito conseguiremos suprir tudo.

O SR. JOSÉ LUIZ GAVINELLI – Obrigado, secretário.

Dando continuidade, gostaria de chamar o Secretário de Meio Ambiente, Dr. Pagliuca, que foram comentadas algumas coisas da área de meio ambiente.

O SR. JOSÉ CARLOS GOBBIS PAGLIUCA – Bom dia a todos, senhores presentes, Presidente, secretários, Vereadores.

A questão do Vereador Antonio Carlos do Jardim das Oliveiras, temos um plano de intervenção para remediação já aprovado juntamente com a CETESB. Estamos fazendo as medições necessárias juntamente com a SU e com a Secretaria de Transportes para verificarmos a partir desse levantamento qual a tecnologia que será utilizada para remediação. Então, a questão lá são medições para posteriormente estudarmos a tecnologia, o modo efetivamente de aplicação do serviço para descontaminação. Mas tudo isso já está em andamento, estamos trabalhando lá com uma atenção e a maior brevidade possível. Era isso.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ LUIZ GAVINELLI – Obrigado, secretário.

Também tivemos algumas colocações feitas na área de transporte, se o Sr. Secretário Delson pudesse comentar, principalmente onde o Vereador Antonio Carlos falou dessas obras da Estrada dos Alvarengas. Acho que seria importante também o secretário se posicionar com relação às obras que estavam paradas, o estágio em que se encontravam.

O SR. DELSON JOSÉ AMADOR – Bom dia a todos. Em nome do vereador Ary de Oliveira, que preside esta sessão, gostaria de cumprimentar a todos os demais Vereadores presentes, meu colega Gavinelli, estender também aos demais secretários, diretores, que estão aqui nesta audiência, que é sempre muito importante para atualizar a situação em que estamos e o que estamos prevendo para este próximo ano.

Eu vou procurar ser breve e depois me atendo especificamente ao caso da Estrada dos Alvarengas, até porque ela serve como uma espécie de paradigma de toda a situação que foi encontrada em relação a obras que estavam em previsão de serem feitas em São Bernardo, e que são muitas obras, todas elas de recursos financiados, portanto com um comprometimento



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

grande da Administração, porque você não toma um financiamento e depois descumpra o financiamento, sob pena de você ficar completamente desacreditado junto a esses organismos financiadores, principalmente os internacionais.

O grande desafio que foi enfrentado, desde praticamente o primeiro momento, foi definir uma estratégia e fazer um planejamento para retomar a e conclusão dessas obras. Todos nós sabemos que intervenções, principalmente intervenções viárias, causam grande transtorno à sociedade, causam grande transtorno à população.

E esse transtorno tem de ser minimizado o máximo que for possível, para que você possa trazer o benefício delas. O benefício é permanente e o transtorno é provisório. Quanto mais provisório for, melhor.

É fato, todos conhecemos, que as obras estavam, obras relevantes do sistema viário, estavam paralisadas, e que foi necessário um grande esforço para a retomada delas.

Dentre outras coisas, um grande desafio que a Administração enfrentou, e isso é da natureza do próprio problema, não é uma questão provocada, deliberada, mas ela é inerente à própria questão, foram as desapropriações.

Desapropriações não são uma questão trivial, e muitas vezes não são nem uma questão financeira, são algo que extrapola a questão financeira, tendo em vista que você em muitos casos acaba sendo obrigado a recorrer à justiça, e na justiça você tem questões associadas à titularidade, que são muito difíceis em muitos casos.

Infelizmente, aqui em São Bernardo você tem muitos problemas de titularidade de imóveis, dificuldade com relação à real área do imóvel que está sendo discutida, que não são simples de serem resolvidas.

Pegando o caso da Estrada dos Alvarengas, ela foi um bom exemplo disso. Tivemos uma grande dificuldade no prosseguimento da execução dessa ampliação porque nós tivemos dificuldades grandes com desapropriações. Todo mundo acho que acompanhou isso de alguma forma.

Com isso, qual é a situação que nós temos nela? Acabamos de entregar o trecho que vai até praticamente a Estrada dos Casas, ali na Rua São Jorge. Em função de todas as dificuldades encontradas com as desapropriações durante aquele período essa execução se estendeu e se alongou bastante, sabemos disso. Felizmente agora conseguimos concluir aquele trecho.

Porém, nós precisamos prosseguir com uma etapa adicional, que é a que se estende desde o ponto em que foi concluída a obra até a Imigrantes. Esse trecho, felizmente, já se antecipando aos problemas, o Município conseguiu equacionar a questão das desapropriações, portanto não temos mais desafios com desapropriação nesse outro trecho, nessa outra etapa, mas ainda a licitação, que é uma licitação inclusive seguindo regras do banco financiador, que é o BID, já está publicada, e nós acreditamos que agora em dezembro, respeitados os prazos legais, e não havendo surpresas no processo licitatórios, nós devemos concluir o processo licitatório, assinar o contrato e retomar, portanto, esse trecho que se estende até a Imigrantes, que compreende uma ampliação, uma duplicação da via, que é necessária.

Aquela via é utilizada por uma parcela importante da população do Grande Alvarenga, e essa ampliação vai duplicar a via mais ou menos dentro



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

do padrão dentro daquela que já está em operação, e concluir também uma estação, que já tem uma parte concluída, que dará mais conforto aos passageiros, facilitará as eventuais movimentações de linha para linha e dará mais conforto também aos motoristas que são os que utilizam aquele trecho.

Então, até, não tendo surpresas, e havendo o início desse trecho em janeiro, nós acreditamos que talvez em junho nós já tenhamos esse trecho concluído, porque não temos mais as desapropriações pela frente.

Há também, mas isso é algo que vai ter de ser planejado dentro da Administração, com os cuidados e a seriedade necessárias à responsabilidade com recursos obtidos através de financiamentos, mas já há um projeto, que está em fase final de execução, que nós chamamos de Alvarenga Etapa 2, considerando essa inteira que mencionei como Etapa 1.

Essa Etapa 2 se estende após a Imigrantes, e há, inclusive, é uma etapa muito complexa, porque aquela é uma região pesadamente habitada. Há ali a necessidade de remoções de famílias em áreas invadidas. Isso não é algo que se faça facilmente, tem de haver uma responsabilidade muito grande, inclusive em sintonia com a Secretaria de Habitação da Prefeitura, mas ela existe, existe um projeto.

E também existe uma outra etapa, que compreenderia a ligação até a divisa com Diadema, que é chamada de Estrada Parque Alvarenga, que também ali se tem uma grande quantidade de áreas invadidas e isso exige também um trabalho social muito importante, e isso não é simples.

Mas isso se encontra, portanto, dentro de um planejamento futuro, nós não estamos falando em 2020, em relação a esse outro trecho que também foi objeto de pergunta. Nós temos a obrigação de fazer, estamos fazendo, não só o projeto, como também um levantamento detalhado dos impactos que existem e que deverão ser equacionados.

Só para complementar, a situação que todos acompanharam da Estrada dos Alvarengas, felizmente, eu dia, em menor grau, se estende também às demais obras de ampliação viária, ou seja, obras todas que estavam paradas, exigiram enorme esforço, e nós acreditamos, e estamos trabalhando para que aquelas financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID, sejam todas entregues agora este ano. Até metade do ano todas estarão entregues.

E estamos fazendo um grande esforço tendo em vista também que envolve aspectos de desapropriação importantes, que o corredor Leste-Oeste também avance este ano, principalmente nos trechos mais densamente ocupados, em que nós possamos não só entregar, como já estamos fazendo, os complexos todos dos viadutos, mas possamos gradativamente, e dentro de um planejamento que tem de ser feito com seriedade, e com muito cuidado, prosseguir nas intervenções urbanas nos trechos mais densamente povoados, que, obviamente, têm e apresentam dificuldades maiores.

Eu acho que em relação à Estrada dos Alvarengas acho que as informações foram prestadas e ficamos à disposição de todos no que for necessário.

O SR. JOSÉ LUIS GAVINELLI – Obrigado, secretário.

Me desculpar com a Sra. Elaine Batista, que ela fez uma pergunta e eu acabei não esclarecendo na minha resposta.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Existe, sim, uma previsão, da ordem de R\$18 milhões, mas é no item educação especial, e que engloba essa questão da educação inclusiva. Nesse item está previsto R\$18 milhões, sendo que essas despesas envolvem bolsas, envolvem transporte, como também manutenção escolar. Eu acho que era a última colocação que nós tínhamos de ter feito.

Acredito que tenhamos tirado as dúvidas de todos e ficamos à disposição para qualquer coisa. Até foi uma culpa minha, eu não chamei o Secretário Pedro Pinheiro porque eu entendi que na minha fala e na fala da professora Silvia nós já teríamos englobado.

Foi feito o seguinte questionamento por vocês. A questão da progressão dos professores, que tanto eu como a professora Silvia esclarecemos que existe uma previsão no orçamento de 7,7% de crescimento da folha, e isso engloba todos os gastos com pessoal, tanto progressões, concursos, aumento, e a inflação.

Quer dizer, nós temos lá uma previsão de 7,7% e que se a arrecadação, de fato, acontecer, é possível que o Município tenha um gasto a mais da ordem de 7,7%. Por isso que acabei não chamando o Secretário Pedro porque nós entendemos que essa pergunta estava respondida tanto por mim quanto pela Secretária Silvia. Mas fico à disposição sobre qualquer outro esclarecimento. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ary de Oliveira) – Obrigado, secretário.

Antes de encerrar, nós queremos comunicar aos líderes de partidos que hoje a Comissão Mista tem reunião às 16h e pedimos que todos compareçam, porque será tratado também o assunto sobre a Lei Orçamentária.

Atendidos todos os requisitos necessários para a realização da presente audiência, e tendo sido prestados todos os esclarecimentos solicitados, esta Presidência declara encerrados os trabalhos e agradece a presença das autoridades, bem como da população, dos representantes das entidades e especialmente aos técnicos da Secretaria de Finanças pela exposição e pelos esclarecimentos.

Muito obrigado a todos.

-o0o-

Encerra-se a audiência às 11h47.

-o0o-